

UNIVERSIDADE DO SAGRADO CORAÇÃO

OCTÁVIO CAVALHEIRO TAKAMATSU CAMARGO

**O CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA E A INFLUÊNCIA DO
SOFT POWER NA ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA
(1964-2010)**

BAURU
2016

OCTÁVIO CAVALHEIRO TAKAMATSU CAMARGO

**O CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA E A INFLUÊNCIA DO
SOFT POWER NA ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA
(1964-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade do Sagrado Coração, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.

BAURU
2016

Camargo, Octávio Cavalheiro Takamatsu

C1727c

O conceito de política externa e a influência do soft power na atuação diplomática brasileira (1964-2010) / Octávio Cavalheiro Takamatsu Camargo. -- 2016.

80f.

Orientador: Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade do Sagrado Coração - Bauru - SP

1. Brasil. 2. Diplomacia. 3. Ministério das Relações Exteriores. 4. Política Externa. 5. Soft Power. I. Pasquarelli, Bruno Vicente Lippe. II. Título.

OCTÁVIO CAVALHEIRO TAKAMATSU CAMARGO

**O CONCEITO DE POLÍTICA EXTERNA E A INFLUÊNCIA DO
SOFT POWER NA ATUAÇÃO DIPLOMÁTICA BRASILEIRA
(1964-2010)**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Centro de Ciências Sociais e Aplicadas, da Universidade do Sagrado Coração, como requisito obrigatório para a obtenção do grau de Bacharelado em Relações Internacionais, sob orientação do Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli.

Banca examinadora:

Prof. Dr. Bruno Vicente Lippe Pasquarelli
Universidade do Sagrado Coração

Prof. M.^a Beatriz Sabia Ferreira Alves
Universidade do Sagrado Coração

Prof. M.^a Roberta Cava
Universidade do Sagrado Coração

Bauru, 07 de dezembro de 2016.

Aos meus pais, Osmir e Sandra, por todo amor, respeito e carinho.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, por todo apoio e incentivo manifestados em minha vida, seja em minha carreira profissional, sendo estudante, e sendo filho, principalmente. Saibam que todos os nossos esforços em vida são recompensados, e, com toda certeza, que não apenas o meu esforço, mas o de vocês também, está sendo correspondido neste exato momento.

À todos da minha família que me apoiaram nesta trajetória, de forma indireta, ou direta, especialmente à minha irmã Sabrina, minha avó Adoração, e meus avôs, Arnaldo e Osmar. Além destes, uma menção honrosa ao Saddam e Nina, meus pequenos companheiros de quatro patas, que jamais esquecerei.

Ao professor Bruno Pasquarelli, que aceitou, gentilmente, orientar este trabalho de conclusão de curso, e que durante o período de orientação foi extremamente paciente e dedicado a conclusão desta monografia.

A professora Beatriz Sabia, atual coordenadora do curso de relações internacionais, que assumiu suas funções com afinco, e estimulou não apenas a minha aprendizagem, mas a de todos os alunos, através de diversos eventos culturais relacionados a área acadêmica, e nos incentivou constantemente.

A professora Roberta Cava, por todos os conselhos e palavras de apoio proferidas durante o meu período como universitário, que levarei para toda minha vida, e pelas aulas ministradas, principalmente, nas disciplinas de Diplomacia.

A todos os meus professores presentes nestes quatro anos de graduação, onde pude aprender não apenas conteúdos teóricos e práticos relacionados a disciplinas propostas, mas a me relacionar de formas diferentes com cada um, e absorver suas respectivas experiências de vida.

A todas as minhas amizades que conquistei nestes quatro anos enquanto estive na universidade, e que levarei para minha vida inteira, com toda certeza. Especialmente, ao Leonardo Zimmermann e Lucas Batista.

À Deus, por estar sempre presente em minha vida me abençoando, protegendo e guiando para o caminho que seja o melhor neste momento.

Enfim, neste ano percebi que estava, desde o início, me preparando para algo muito maior e gratificante que está por vir, portanto, não há o que lamentar, e sim agradecer. Por isso, meu muito obrigado a todos vocês que contribuíram para minha evolução neste ano importante da minha vida.

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo estruturar as estratégias e focos diplomáticos utilizadas pelo Brasil em sua atuação envolvendo política externa, iniciando esta análise no ano de 1964, o qual teve início o período do regime militar em território nacional, com Humberto de Alencar Castelo Branco como presidente em exercício, e terminando-a no ano de 2010, este sendo o último do segundo mandato do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Contudo, antes desta referida análise, será explicado o conceito de política externa através das interpretações de, primordialmente, quatro teorias das relações internacionais, que compreenderão o comportamento dos Estados no sistema internacional. Após esta elucidação, será debatido o conceito envolvendo o termo soft power, este praticado de forma constante na atuação diplomática brasileira nas relações internacionais. Então, serão analisadas as estratégias diplomáticas adotadas pelo Brasil durante o regime militar (1964-1985), e suas respectivas consequências. Por fim, será estudada a política externa do Brasil após a sua redemocratização em âmbito nacional, e suas vertentes para as relações internacionais, terminando este estudo no ano de 2010, com a saída de Lula do governo nacional. Finalizando este trabalho, concluiremos sobre o real poder de influência do Brasil na esfera internacional, e seu papel de líder em âmbito regional na América do Sul, além de suas ambições e projeções para as próximas décadas.

Palavras-chave: Brasil - Diplomacia - Ministério das Relações Exteriores - Política Externa - Soft Power.

ABSTRACT

The present work aims to structure the strategies and diplomatic focus used by Brazil in its work involving foreign policy, starting this analysis in 1964, which began the period of the military regime in the national territory, with Humberto de Alencar Castelo Branco as president-in-office, and ending it in 2010, this being the last of the second term of former president Luiz Inácio Lula da Silva. However, prior to this analysis, the concept of foreign policy will be explained through interpretations of, first and foremost, four theories of international relations, which will comprehend the behavior of States in the international system. After this elucidation, will be debated the concept involving the term soft power, this one practiced of constant form in the Brazilian diplomatic action in the international relations. Then, the diplomatic strategies adopted by Brazil during the military regime (1964-1985), and their respective consequences, will be analyzed. Finally, Brazil's foreign policy will be studied after its redemocratization at the national level, and its aspects for international relations, ending this study in the year 2010, with the departure of Lula from the national government. Finalizing this work, we will conclude on the real power of influence of Brazil in the international sphere, and its role of regional leader in South America, besides its ambitions and projections for the coming decades.

Keywords: Brazil - Diplomacy - Foreign Policy - Ministry of Foreign Affairs - Soft Power.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
1 A DEFINIÇÃO DO TERMO POLÍTICA EXTERNA.....	14
1.1 REALISMO	15
1.2 LIBERALISMO	18
1.3 MARXISMO	23
1.4 CONSTRUTIVISMO	24
1.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	25
2 O CONCEITO DE SOFT POWER	28
2.1 CONCEITO.....	28
2.2 SOFT POWER E HARD POWER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS.....	29
2.3 APLICABILIDADE NA POLÍTICA EXTERNA.....	31
2.4 AMERICANISMO, GLOBALISMO, INSTITUCIONALISMO PRAGMÁTICO E AUTONOMIA	33
2.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	37
3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO REGIME MILITAR (1964-1985).....	39
3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	39
3.2 HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO (1964-1967)	41
3.2.1 Vasco Leitão da Cunha (1964-1966)	41
3.2.2 Juracy Magalhães (1966-1967).....	42
3.3 ARTUR DA COSTA E SILVA (1967-1969).....	42
3.3.1 José de Magalhães Pinto (1967-1969).....	43
3.4 EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-1974)	44
3.4.1 Mário Gibson Barbosa (1969-1974).....	45
3.5 ERNESTO BECKMANN GEISEL (1974-1979).....	45
3.5.1 Azeredo da Silveira (1974-1979).....	46
3.6 JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (1979-1985)	47
3.6.1 Ramiro Saraiva Guerreiro (1979-1985).....	48
3.7 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	49
4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO (1985- 2010).....	51
4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO.....	51
4.2 CENÁRIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS BRASILEIROS	53
4.3 JOSÉ SARNEY (1985-1990)	54
4.3.1 Olavo Setúbal (1985-1986).....	54

4.3.2 Abreu Sodré (1986-1990).....	56
4.4 FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)	57
4.4.1 Francisco Rezek (1990-1992).....	57
4.4.2 Celso Lafer (1992-1992)	59
4.5 ITAMAR FRANCO (1992-1995)	60
4.5.1 Fernando Henrique Cardoso (1992-1993).....	60
4.5.2 Celso Amorim (1993-1995).....	61
4.6 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2003).....	63
4.6.1 Luiz Felipe Lampreia (1995-2001).....	63
4.6.2 Celso Lafer (2001-2003)	66
4.7 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010).....	67
4.7.1 Celso Amorim (2003-2010).....	67
4.8 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES.....	69
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	72
REFERÊNCIAS.....	79

INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como tema principal a análise da atuação diplomática do Brasil nas relações internacionais a partir do início da instauração do regime militar no ano de 1964, e terminando-a no ano de 2010, momento em que o país passava por um período de grande ascensão na seara internacional, devido a sua política externa ativa e sua forte inserção como protagonista neste sistema, notoriamente nos últimos cinco anos do século passado e se acentuando no início deste século, além disso, inclusive, buscando sua legitimação como líder regional no âmbito da América do Sul.

O Brasil, historicamente, possui as raízes de sua política externa pautadas na atuação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. A partir dele, foram desenvolvidas as principais atitudes que norteariam as diretrizes da política externa brasileira no início do século passado. Alguns conceitos-chaves do liberalismo são perceptíveis na forma como o Brasil se posiciona no sistema internacional, além do soft power, importante ponto igualmente.

Contextualizando o período marcado pela Guerra Fria, os militares brasileiros, apoiados indiretamente pelos Estados Unidos, retiram João Goulart da presidência e apontam Humberto Castelo Branco como novo comandante. Após o período de redemocratização, o país começa a formular sua própria identidade nas relações internacionais, e se desvencilha de algumas marcas, o que perceberemos seu ápice neste sentido nos primeiros anos deste século.

Ao decorrer deste estudo, explicaremos as características determinantes para as conquistas, e fracassos, da política externa brasileira até a contemporaneidade, inclusive suas consequências para as próximas décadas. Neste aspecto, a proatividade, altivez, e caráter universalista presentes nas estratégias diplomáticas brasileiras fizeram com que o Brasil assumisse uma posição de líder na região da América do Sul, e no hemisfério Sul de forma panorâmica, sendo o país mais indicado para representá-lo no principal órgão decisório de política internacional na atualidade, o Conselho de Segurança das Nações Unidas. Além deste, podemos mencionar sua forte participação em inúmeros foros multilaterais, devido a sua importância geopolítica e estratégica para as principais potências da atualidade.

Como objetivo central deste estudo, destaca-se: delimitar as atitudes corretas adotadas pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil com respeito a formulação das estratégias utilizadas pelo corpo diplomático brasileiro em sua política externa, promovendo a busca pela prosperidade econômica e política. Assim, compreenderemos as áreas de interesse nacional que justificam uma maior ênfase por negociações, através de cooperações diplomáticas a serem exercidas.

Em linhas gerais, a princípio, o Brasil buscou parceiros econômicos, majoritariamente, localizados no hemisfério Sul, justificando sua posição de líder regional na América do Sul, porém, devido à recente desvalorização cambial, as exportações brasileiras sofreram um considerável desestímulo, o que ocasionou o inverso com as importações brasileiras, isto é, no seu estímulo, surtindo efeito em sua balança comercial.

Todavia, houve uma mudança de parâmetros com relação aos parceiros econômicos a partir dos anos 1990, o que deu ao Brasil um caráter universalista, e possibilitou ao país se posicionar de uma maneira efusiva nos foros multilaterais em que participava, e discutir acerca de assuntos de interesse global, como sustentabilidade, crise de refugiados, segurança internacional, economia internacional, política internacional, e questões nucleares envolvendo Turquia e Irã.

A importância e contribuição deste trabalho estão relacionadas a como o soft power dirimiu os traços norteadores da política externa brasileira durante o período analisado, e sua respectiva posição em âmbito nacional, sendo que estas políticas citadas foram correlatas, e interdependentes. Por fim, percebemos que as estratégias diplomáticas adotadas pelo Brasil, em sua trajetória histórica, nos remetem a uma busca constante por alguns objetivos essenciais, que seriam os responsáveis por concretizar sua posição como protagonista nas relações internacionais.

A metodologia utilizada neste trabalho será bibliográfica, isto é, serão realizadas análises e reflexões sobre o tema discutido por diferentes opiniões de autores reconhecidos na área acadêmica de relações internacionais, através de fichamentos, porém com um senso crítico mais apurado. As estratégias diplomáticas utilizadas pelo Brasil durante seus anos de maior prestígio no cenário internacional podem ser vistas de formas e focos diferentes, seja econômico, político ou social. Portanto, será necessária uma análise aprofundada nestes aspectos, de modo a

definir, concisamente, a razão de todo engajamento proporcionado pelo corpo diplomático brasileiro, e suas perspectivas para a realidade.

Ao concluirmos este estudo, relacionamos as comparações teóricas conceituando a forma como o Estado age nas relações internacionais, através de quatro teorias: realismo, liberalismo, marxismo e construtivismo. Os reais motivos pelos quais o Brasil absorveu o conceito envolvendo o soft power na sua política externa, e em suas consequentes estratégias diplomáticas no âmbito internacional.

Os antecedentes históricos nacionais envolvendo a reaproximação ideológica com os Estados Unidos, e contrapondo a diplomacia do interesse nacional com sua política universalista, onde o desenvolvimento econômico foi priorizado através da diversificação de parceiros estratégicos, durante o regime militar. Após a redemocratização, o Brasil procura lograr sua política de autenticidade para além de sua “vocação universalista”, através de seu “soft power de credibilidade”, que prioriza as suas relações diplomáticas por vias multilaterais privilegiando blocos econômicos e organizações internacionais, como MERCOSUL, OMC e BRICS.

Finalizando esta introdução, alguns pontos merecerão destaque no estudo deste trabalho, sendo eles: a posição do Brasil como líder no hemisfério Sul através da promulgação da cooperação sul-sul, a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas e a questão envolvendo o hard power, as suas parcerias diplomáticas diversificadas e seu caráter universalista, a posição do país como credor perante instituições internacionais financeiras de renome, como o próprio Fundo Monetário Internacional (FMI), e as atitudes proativas em foros multilaterais, que permitem a promoção de uma imagem forte como protagonista em assuntos de estimado valor nas relações internacionais contemporâneas.

1 A DEFINIÇÃO DO TERMO POLÍTICA EXTERNA

Primeiramente, antes de analisarmos as diferentes estratégias e focos diplomáticos abordados na política externa brasileira, desde o regime militar (1964-1985), e, posteriormente, a sua redemocratização (1985-2010), será primordial definirmos o que, realmente, significa este conceito. Portanto, realizaremos um estudo sobre as teorias das relações internacionais, de modo a chegarmos no conceito de política externa que será apresentado neste trabalho. Este será o principal objetivo do primeiro capítulo desta monografia.

Para atingirmos este objetivo, explicaremos as teorias das Relações Internacionais¹, e como elas se relacionam com a política externa atuante no cenário internacional. Em tese, uma teoria propõe compreender fatos históricos do passado, explicar a realidade no presente, e desenvolver possíveis cenários em um futuro, seja distante, ou breve. Assim, as teorias das relações internacionais buscam compreender e explicar os fenômenos intrínsecos à ação do homem, que vai além do espaço de cada Estado-nação, e que possui neste campo extremamente amplo. Estas teorias possuem caracteres positivas e pós-positivistas, isto é, o caráter positivo refere-se a verdades universais e científicas, através do estudo de fontes de conhecimento, enquanto o segundo refere-se à contestação destas verdades propostas pela ciência, justificando o antagonismo clássico (HILL, 2003).

Podemos entender política externa como sendo a maneira como um Estado interage com outros protagonistas das relações internacionais (MILANI, 2010). Portanto, outros Estados, instituições internacionais, organizações não-governamentais e as organizações internacionais, que, contemporaneamente, detém níveis de influência extraordinários, são os referidos protagonistas e estão diretamente envolvidos nesta área. Mas, mantendo a linha de raciocínio no título deste capítulo, podemos afirmar que a política externa de cada nação com papel ativo nas relações internacionais influenciará em diferentes âmbitos em sua própria estrutura, seja culturalmente, economicamente, politicamente e militarmente (MILANI, 2010). Para tanto, as relações internacionais dispõem de algumas teorias que procuram explicar, de forma compreensível e coerente, os resultados

¹ As Relações Internacionais (abreviadas como R.I. ou R.E.L.) visam ao estudo sistemático das relações políticas, econômicas e sociais entre diferentes países cujos reflexos transcendam as fronteiras de um Estado, e tenham como foco o sistema internacional. Entre os atores internacionais, destacam-se os Estados, as empresas transnacionais, as organizações internacionais e as organizações não-governamentais.

apresentados. Entre elas, podemos destacar o realismo, o liberalismo, o marxismo, e o construtivismo, sendo que todas as restantes serão advindas destas, e seus respectivos precursores teóricos, aqui mencionados neste trabalho.

1.1 REALISMO

Inicialmente, analisaremos o conceito do realismo e sua evolução ao neorealismo, que foram explicados por Kenneth Waltz em seu livro “Theory Of International Politics”, publicado no ano de 1979. Originalmente, o realismo clássico possui três precursores ocidentalistas pós-renascentistas: Richelieu, Maquiavel e Hobbes.

Neste sentido, o cardeal francês foi o responsável por cunhar o conceito envolvendo o termo “poder”² e “raison d’état”³, justificando a amplitude que o realismo possui além de relações interestatais, ou seja, transcendendo às relações interpessoais igualmente. Todavia, antes de Waltz, houve um pensador, chamado Edward Carr, que em plena véspera da Segunda Guerra Mundial (1939-1945) criticou, veementemente, em seu livro “Vinte Anos de Crise” conceitos idealistas justificando que o mundo deveria ser estudado se desvinculando princípios morais, com o intuito de enxergarmos a realidade, de fato. Então, surge Hans Morgenthau com o livro “Política Entre Nações”, aprofundando o conceito realista proposto, originalmente, por Carr.

Considerando que estávamos ao término do segundo conflito mundial, e a Liga das Nações havia fracassado em seu propósito maior, Morgenthau, embasado nas ideias de Carr, reitera os conceitos realistas observando o cenário internacional da época, como o surgimento do conflito entre Estados Unidos e União Soviética, onde a havia o chamado “jogo de soma zero”, isto é, o ganho, neste caso, de um Estado representa necessariamente a perda do outro. Por fim, Morgenthau defende que as relações entre os Estados são pautadas pelo poder, interesse e força, que na

² “Poder” é o direito de deliberar, agir, mandar e, dependendo do contexto, exercer sua autoridade, soberania, a posse de um domínio, da influência ou da força. Portanto, em relações internacionais, o poder está vinculado a influência que o Estado detém em suas relações interestatais, com o objetivo de conquistar seu espaço, e reiterar sua soberania em seu âmbito de atuação.

³ A “raison d’état”, palavra originalmente escrita na língua francesa, significa razões de estado, e este princípio nos diz que o Estado está autorizado a violar leis em nome de um critério maior. Elas estão associadas a uma ação política, possuindo como objetivos principais a garantia da preservação e sustentabilidade do Estado praticante em âmbito internacional, ou regional.

prática buscarão seus objetivos fulcrais, como segurança em âmbito internacional, e sua legitimidade com relação a soberania estatal.

Neste momento houve uma revisão de alguns conceitos sobre a lógica realista, e Waltz assume sua força com o neorealismo em seu livro, citado anteriormente neste capítulo. Nele, Waltz cita a manutenção do “status quo”⁴, e defende a bipolaridade como ordem mundial ideal, devido a questão do jogo de soma zero, explicado anteriormente neste capítulo, e ao imprescindível equilíbrio de poder, igualmente mencionado pelo autor sob sua abordagem defensiva.

A teoria realista considera o Estado como sendo o único protagonista nas relações internacionais, e, portanto, seus interesses prevalecem sobre os demais atores, considerados coadjuvantes, das relações internacionais. Como os principais objetivos deste Estado, podemos citar: a sobrevivência, o acúmulo e manutenção do poder no âmbito internacional (WALTZ, 1979).

Nesta teoria podemos perceber uma forte aproximação dos preceitos envolvendo anarquia no meio internacional, ou seja, não há uma instituição supranacional que detenha poder de intervenção, caso seja necessário, portanto existiria uma disputa constante pelo poder. A hegemonia global seria diminuída, e substituída por uma hegemonia regional, através de possíveis alianças entre os atores. Aliás, muito pelo contrário, o equilíbrio de poder está na ameaça que cada protagonista exerce regionalmente, e mundialmente. Sendo assim, necessariamente deverá existir duas potências, ou mais, de modo a equilibrar os parâmetros de poderio militar, além de econômico e político como esferas de influência (WALTZ, 1979).

Enfim, chegamos no conceito de um mundo bipolar, pois, segundo os neorealistas, este seria o ideal, já que um mundo multipolar não estaria de acordo, devido à instabilidade proporcionada por esta situação, e um sistema unipolar não seria viável da mesma forma, pois não haveria a busca pelo aperfeiçoamento de sistemas políticos, como ocorreu no caso entre o capitalismo e o socialismo, vivenciado durante a Guerra Fria, e protagonizado por norte-americanos e soviéticos, onde os primeiros se consagraram vitoriosos após o conflito ideológico, e prosperaram como sendo o Estado mais influente da contemporaneidade. Neste

⁴ “Status quo” seria um conceito responsável pela busca em preservar as respectivas posições de cada Estado no sistema internacional, mantendo o prevalecente equilíbrio de poder, isto é, seria a presença em termos estratégicos de cada Estado a ponto de sua soberania ser respeitada, e notada por seus vizinhos territoriais.

modelo, os poderes econômico e militar são os responsáveis por alocar cada Estado em sua determinada posição no cenário internacional, seja um líder, ou não.

As principais questões, que são constantemente discutidas neste pensamento, se concentram em searas econômicas, militares e políticas, e cada Estado busca manter seu interesse em áreas estratégicas, além de parcerias, muitas vezes necessárias para seu próprio desenvolvimento, obviamente (HILL, 2003).

Portanto, a anarquia, para os neorealistas, seria um fator que limitaria a atuação do Estado, justificando a sua preferência pelo modelo bipolar. A cooperação internacional dependeria exclusivamente do poder de cada Estado, e do seu interesse em promover a sua própria evolução estratégica no cenário global, seja econômica, política e militar, pois a concentração está nas capacidades de cada ator das relações internacionais, antes de qualquer intenção manifestada pelo mesmo (HILL, 2003).

Filósofos de renome como Nicolau Maquiavel e Thomas Hobbes são constantemente associados a este pensamento. Ademais, por não haver uma monopolização de poder por nenhuma instituição internacional supranacional, os resultados seriam os possíveis conflitos por diferentes questões, inclusive territoriais e estratégicas, envolvendo a influência de cada protagonista. Através deste raciocínio, podemos entender que a estratégia de segurança a ser adotada por cada Estado seria com o intuito de garantir a sua própria sobrevivência, e soberania, algo de grande valor moral. Nesta estratégia, as alianças regionais poderiam ser uma opção para garantir o equilíbrio de poder, porém não devemos esquecer que a ética se encontra com um espaço reduzido neste contexto, que será explicado sob o pano de fundo da “realpolitik”⁵ (HILL, 2003).

Hans Morgenthau e John Herz foram contribuintes de extrema relevância igualmente para a teoria do realismo. Morgenthau, originalmente considerado como o pai do realismo clássico, defendia os mesmos preceitos envolvendo os objetivos do Estado, ou seja, a sobrevivência, a instrumentalização do poder priorizando os interesses nacionais, e, uma novidade, o prestígio nas relações internacionais, algo muito valorizado em tempos recentes (MORGENTHAU, 1948).

⁵ Realpolitik (do alemão Real “realístico”, e Politik, “política”) refere-se à política ou diplomacia baseada principalmente em considerações práticas, em detrimento de noções ideológicas.

Herz, contemporâneo de Morgenthau, alemão estudioso na área de relações internacionais, introduziu importantes pensamentos sobre o neorealismo. Pela primeira vez, a ética foi considerada como importante nas relações internacionais, e não mais como sendo apenas uma mera formalidade. Além deste, houve o dilema de segurança internacional. Esta ideia, na realidade, dizia que, se um Estado se sentir ameaçado por qualquer ameaça externa, ele, obviamente, investirá em seu setor militar, o que provocaria um sentimento de medo generalizado, tanto em âmbito regional, como global, provocando a mesma consequência à algumas nações, apesar de a intenção ser puramente defensiva, e não ofensiva, ocasionando em um clima de “alerta” no âmbito internacional (HERZ, 1951).

1.2 LIBERALISMO

Após esta breve explicação sobre a teoria realista, sob a perspectiva das Relações Internacionais, conceituaremos a teoria liberalista, responsável por defender a promoção da cooperação internacional entre os atores ativos nas Relações Internacionais. Um importante fato é que, esta teoria não considera apenas o Estado como sendo o único e exclusivo protagonista em âmbito internacional.

Portanto, existem outros atores que impactam de forma positiva igualmente. Como um exemplo clássico, as organizações internacionais, que, atualmente, detêm várias esferas de influência, o que podemos considerar como sendo um ponto extremamente relevante, pois até o próprio Estado possui suas limitações, e necessita de auxílio em determinadas situações críticas envolvendo conflitos internacionais de grande repercussão, questão muito abordada pelos neorealistas. Mas, questões envolvendo as áreas da saúde e comercial também devem ser mencionadas, e para ambas existem as suas respectivas organizações internacionais. A Organização Mundial da Saúde (OMS), que detém como principal objetivo desenvolver ao máximo possível o nível de saúde na sociedade internacional, e a Organização Mundial do Comércio (OMC), que, essencialmente, possui como objetivos supervisionar e liberalizar o comércio internacional.

A teoria se denomina “pluralista” por considerar vários protagonistas nas relações internacionais, ou seja, os próprios Estados-nações, as organizações internacionais, mencionadas anteriormente, as empresas transnacionais, que centralizam as ações em âmbito privado, e os próprios indivíduos componentes deste sistema (MALAMUD, 2007).

Originalmente, o termo liberalismo pode ser considerado um alicerce, principalmente, vinculado a obra de Immanuel Kant, filósofo prussiano de extrema importância para as relações internacionais, e considerado como principal atuante em sua área durante a Era Moderna. Os “idealistas”, como assim chamados, afirmavam que o Estado era um mal necessário à sociedade internacional, porém não havia necessidade alguma em promover conflitos internacionais, ora motivados por razões econômicas, e não territoriais. Ao contrário deste preceito, a cooperação, paz, comércio livre, e os direitos universais do homem são alguns pontos-chaves deste pensamento, que acredita piamente na promoção do bem-estar social através do comércio internacional (NOLTE, 2010).

Além de Kant, os idealistas embasavam suas ideias nos pensamentos de Montesquieu e Adam Smith. O primeiro foi um político, filósofo e escritor francês, e autor da teoria de separação dos poderes, esta utilizada em inúmeras constituições modernas internacionais, enquanto o segundo foi um filósofo e economista britânico, onde sua principal obra, “Uma investigação sobre a natureza e a causa da riqueza das nações” (1776), debatia sobre a teoria do liberalismo econômico. Seguindo esta linha de raciocínio, explicaremos o conceito acerca da palavra “interdependência”, que elucidará alguns motivos que justificam as nações evitarem os conflitos armados diretos em suas relações externas.

Enfim, atualmente, as nações protagonistas da seara internacional dependem cada vez mais umas das outras, pois o livre comércio, teoricamente, aparenta ser simples, ou seja, é necessário haver uma demanda, que se consolidará na oferta, e por fim na aquisição do bem, resultando positivamente na balança comercial de pagamentos dos envolvidos. Assim, indiretamente, o crescimento econômico de um país nas relações internacionais dependerá de algum parceiro, seja em âmbito bilateral através de tratados internacionais bilaterais, ou em âmbito multilateral, através de organizações internacionais que promovam o livre comércio, além de serem responsáveis, igualmente, por dirimir resoluções acerca de litígios envolvendo o comércio internacional, como é o caso da OMC (NOLTE, 2010).

Portanto, o conflito internacional armado, apesar de, periodicamente, ser necessário para algumas economias se desenvolverem, neste caso, especificamente a norte-americana, exímia exportadora de indústria bélica, que por muitas vezes apoiou indiretamente certos parceiros “estratégicos”, não traz benefícios de modo geral ao cenário econômico internacional, pois em territórios onde estão ocorrendo conflitos internacionais, não há estímulo algum na produção de bens manufaturados e industrializados, além de ocorrerem furtos e abusos dos conceitos envolvendo os direitos humanos, que são constantemente praticados em territórios de conflitos, seja por rebeldes, pelo exército nacional, e até por forças de paz, neste caso pelos chamados “capacetes azuis”, soldados advindos da Organização das Nações Unidas (ONU). A consequência direta seria o abandono pela maior parte dos nacionais, devido a condição inabitável daquele território, o que, certamente, não será positivo sob nenhuma perspectiva.

Também podemos destacar mais um conceito sobre esta teoria, desta vez envolvendo a “paz democrática”, que está fundamentada na teoria kantiana. Sucintamente, os Estados em que a democracia fosse praticada, realmente, não se colocariam em qualquer conflito de cunho internacional, pois, por serem democráticos, o interesse público prevaleceria como as principais razões de existência, ou seja, o bem-estar social estaria coibindo tal prática por parte de cada Estado democrático (KANT, 1795).

Ainda nos mantendo concentrados no pensamento do iluminista Immanuel Kant, percebemos que existem dois instrumentos, apontados pelo filósofo, capazes de promover resoluções de conflitos internacionais sem o uso da força, sendo eles: o direito internacional e as instâncias supranacionais. Diferentemente do pensamento neorrealista, onde a anarquia estava presente constantemente, e o equilíbrio de poder era o responsável por assegurar a paz internacional, os liberais acreditam na intervenção supranacional, de modo a corroborar para uma manutenção do estado de paz no cenário internacional.

Avançando neste pensamento, Hugo Grócio, filósofo e jurista holandês, acrescentava os princípios morais universais a esta teoria, e o significado de “guerra justa”, isto é, a ocasião em que a guerra estaria legitimada pelo direito internacional (GRÓCIO, 1601).

Após o fim da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), mais precisamente no dia primeiro de janeiro no ano de seu término, o presidente norte-americano da

época, Woodrow Wilson, escreveu quatorze pontos de paz, elucidando temas como o livre-cambismo, a cooperação internacional, a democracia, e, o mais importante, a autodeterminação dos povos. Este texto, além destes temas citados, procurava preservar a integridade territorial de cada nação, e sua independência política em âmbito mundial (NOLTE, 2010). Dentre os quatorze, Wilson chegou a sugerir a criação de uma instituição internacional capaz de promover a tão sonhada cooperação internacional, e foi quando surge a ideia da “Liga das Nações”⁶. Apesar de não ter se consolidado nas relações internacionais, a própria foi a precursora da atual ONU, organização internacional de maior abrangência internacional neste século.

Mais uma contribuição teórica ao conceito do liberalismo, o funcionalismo, sendo representado por Karl Deutsch (1966) e David Mitrany (1975), possui a meta de atribuir característica científica ao pensamento liberal através de observações empíricas, além de análises técnicas, estas privilegiando a cooperação internacional intrínseca nas relações internacionais contemporâneas. Dentro desta teoria, houve o desenvolvimento da ideia de “spill-over effect”⁷, ou seja, a constante aquisição de vantagens, através da cooperação internacional, por parte de cada Estado, o que resultaria em uma consciência de que é preferível a paz ao conflito armado (MITRANY, 1975). Ainda, esta teoria nos remete a constatação de que as instituições internacionais foram as responsáveis por transformarem o mundo em um molde pacífico, apesar de este pensamento ser considerado como “ingênuo”, segundo os neorrealistas.

Por fim, Ernst Bernard Haas (1997), com a missão de retirar este tom de ingenuidade do pensamento funcionalista, cria o “neofuncionalismo”, e afirma que, a consciência manifestada no Estado através do “spill-over effect”, antes, surgiria em agentes internos, e se disseminaria para os tomadores de decisão (HAAS, 1997).

Retornando um pouco ao conceito de interdependência, estudado e defendido por Robert Keohane e Joseph Nye em “Poder e Interdependência” (1977), um tema extremamente contemporâneo surge à tona: globalização. Nesta perspectiva, as empresas transnacionais se inserem definitivamente no cenário internacional, onde

⁶ A Liga das Nações foi uma organização internacional, idealizada em 28 de abril no ano de 1919, em Versalhes, onde as potências vencedoras da Primeira Guerra Mundial se reuniram para negociar um acordo de paz.

⁷ “Spill-over effect”, ou simplesmente “os efeitos colaterais”, denotam um sentido econômico em eventos a partir de um contexto que ocorrem devido outras razões em contextos diferentes nesta realidade, aparentemente, não relacionados.

o comércio internacional está em nível de ascendência, concomitantemente a uma integração intensiva (KEOHANE; NYE, 1977).

Portanto, podemos considerar o poder decisório de um ator estatal, igualmente impactante ao de um ator não-estatal, devido a esta interdependência. Os efeitos econômicos, principalmente, resultam em uma sensibilidade e vulnerabilidade jamais vistas pela mídia internacional, e provocam resultados proporcionais, seja para a saúde econômica de alguns países, como para a falência. Keohane e Nye (1977) apontam para um conceito defendido pela maioria dos chamados idealistas, a resolução dos conflitos e promulgação da paz internacional através de instituições supranacionais, substituindo a ideia do equilíbrio de poder, defendido pelos pensadores realistas. Permanecendo neste raciocínio, e devido ao surgimento da globalização, os pensadores liberais justificam a falência do Estado atrelado ao seu poder de influência reduzido (KEOHANE; NYE, 1977). Paralelamente a esta realidade, o poder decisório de novos atores não-estatais continua em plena ascensão, além da disseminação de novos padrões culturais.

Por fim, terminando a análise acerca da teoria liberalista, concluímos com a reformulação proposta por Keohane (1989), e o surgimento do termo “neoliberalismo”. Após críticas realistas fortes às teorias de interdependência, o autor decidiu rever alguns conceitos, e acrescentar outros. Com relação a concordância, Keohane (1989) reconheceu a anarquia intrínseca ao sistema internacional proposta pelos neorrealistas, além do protagonismo vivido pelo Estado-nação nesta seara. Entretanto, ele concluiu algo diferente, que, na realidade, há uma falta de transparência e egoísmo na postura destes protagonistas, o que não trará bons frutos em um futuro breve (KEOHANE, 1989). Para tanto, as instituições internacionais quem seriam as responsáveis por garantir a tal transparência, e promover a cooperação internacional, contrapondo a ausência da primeira e o contrário da segunda.

Seria interessante ressaltarmos que, desde o princípio, o autor considera a instituição internacional supranacional como sendo ideal, mas, como uma forma de sua teoria ser aceita de forma mais pacífica, ele cita as instituições internacionais como algo atingível, e não utópico. O que justifica este pensamento seria o fechamento desta questão, quando ele afirma que as próprias estariam inseridas em uma perspectiva de políticas de interesses, e, assim, estariam descartando a dimensão ética. Os realistas criticam o pensamento liberalista por “fugir da

realidade”, ou seja, ideias utópicas, que seriam perfeitas no papel, mas na realidade não. Todavia, o conceito trazido pelo neoliberalismo vai de encontro a esta crítica, e prova exatamente o contrário ao pensamento realista acerca das relações internacionais (MALAMUD, 2007).

1.3 MARXISMO

Agora, analisaremos a política externa sob a perspectiva do marxismo, teoria cunhada por Karl Marx (1867), sociólogo alemão, conhecido por estabelecer, na área de economia, a base estrutural de todo entendimento atual sobre a relação entre o trabalho e o capital, para além da posterioridade. Segundo a teoria do materialismo histórico, advinda do pensamento de Marx, o capitalismo teria uma grande tendência em se universalizar, e, portanto, se tornar o modo de produção dominante, o que estamos vivendo na realidade. Sobre o capitalismo, Marx afirmava encontrar contradições, principalmente envolvendo as duas classes sociais antagônicas, isto é, a burguesia e o proletariado, onde a primeira seria responsável por explorar economicamente a segunda, adquirindo margens de lucro, obviamente (MARX, 1867).

Nesta perspectiva, o papel do Estado seria assegurar o cumprimento das normas internas do capitalismo, estas impostas à classe proletária. Mas, paulatinamente, a luta de classes resultaria em uma revolução política, onde o proletariado seria o “vencedor” universal, segundo o sociólogo. Através de uma perspectiva marxista, o autor relaciona o processo revolucionário como o embate entre as nações “capitalistas” e as nações “exploradas”. Nesta teoria, há uma conclusão interessante, e comprovada por fatos históricos, onde a estagnação do sistema capitalista resultaria em consequências no cenário internacional, e, por afetar economicamente os países envolvidos, os resultados seriam nesta área estratégica (MARX, 1867).

Portanto, a busca por novas riquezas, neste caso as nações colônias, gerariam conflitos entre os países desenvolvidos, isto é, o dano econômico seria maior ainda proporcionado pela estagnação do que os chefes de Estado pensavam, já que estamos percebendo conflitos entre diferentes ópticas. Primeiramente, o

vertical, que seria o embate entre a burguesia e o proletariado, e o horizontal, que seria o conflito entre as nações imperialistas e colonizadas (MARX, 1867).

Assim, existem antagonismos entre classes sociais, e Estados-nações. Sendo que, segundo o pensador, o Estado sempre agiria em favor da burguesia, por interesses econômicos e políticos, devido ao poder de barganha a ser negociado pela classe social em questão (MARX, 1867). Esta concepção seria, futuramente, orientações para o governo russo, após a disseminação da União Soviética, sendo o pacifismo e a autodeterminação dos povos seus principais preceitos aplicados na realidade russa.

Por fim, seria interessante analisarmos a teoria da dependência, inspirada pelo marxismo. Sua forte influência surgiu no início da década de 1970, e tornou-se conhecida por se contrapor à visão defendida pela Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL).

Resumidamente, em sua teoria, os países centrais estariam em conflito constante com os países periféricos, todavia existia uma grande divergência entre os fluxos de informação, tecnologia e capital, sendo superiores em nações centrais. A chamada “dependência” se explicaria pela submissão ao desenvolvimento de todos os países periféricos, em sua maioria absoluta agroexportadores. Porém, a superação desta dependência seria adquirida pela própria autonomia a ser buscada pelos países periféricos, e além de sua modernização e industrialização em seus respectivos cenários nacionais (MARX, 1867).

1.4 CONSTRUTIVISMO

A última teoria que abordaremos, neste capítulo, será a teoria construtivista, que teve seu início na década de 1990 através de Alexander Wendt, teórico fundador deste pensamento.

Após o término da Guerra Fria, o sistema internacional estava configurado como sendo multipolar, devido a unificação alemã, a sobrevivência da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), a insurgência de guerras étnicas, e o hard power norte-americano. Neste período, os anseios do sistema internacional eram relacionados a uma economia de livre mercado, a promulgação da educação universal, e uma soberania popular (BUENO, 2006).

Outros assuntos também estavam em pauta em foros multilaterais, como a construção de uma identidade cultural e religiosa, questões envolvendo meio ambiente, direitos humanos, o renascimento das nacionalidades, e o retorno do nacionalismo.

Neste contexto, a globalização surge para reatar os laços entre a cultura em âmbito internacional e sua singularidade, além da diversidade étnica e religiosa, ou seja, questões envolvendo diretamente a sociedade internacional contemporânea.

Então, a partir do início da década de 1990, Alexander Wendt desenvolve a teoria construtivista, de modo a lograr a construção social da política internacional. Neste aspecto, o principal questionamento seria com relação aos interesses dos Estados, e como a convivência social modificaria a relação destes com seus agentes.

Com relação à segurança internacional, a teoria construtivista se assemelha muito com a teoria realista, pois prioriza o papel do Estado como único ator nas relações internacionais, porém admite a influência de atores não-governamentais neste sentido.

Por fim, alguns conceitos importantes de mencionarmos seriam relacionadas as ideias que influenciarão as identidades de cada cidadão internacional. Estas identidades seriam as bases para estabelecer os interesses dos Estados no sistema internacional. Além deste, segundo o teórico, os protagonistas estariam aptos a identificar seus inimigos, rivais, e amigos nas relações internacionais.

1.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Portanto, chegando a conclusão deste primeiro capítulo, observamos que as quatro principais teorias das relações internacionais nos mostram diferentes perspectivas sobre o conceito da política externa aplicadas em cada realidade, e respeitando sua evolução cronológica de pensamento científico.

A teoria neorrealista, considerada como dominante nas relações internacionais, e representada por nomes como Nicolau Maquiavel, Thomas Hobbes e Hans Morgenthau, nos aponta para um Estado-nação absoluto e protagonista na seara internacional, com os objetivos de sobrevivência, adquirir prestígio, e instrumentalizar seu poder em prol dos interesses nacionais, permitindo-nos a

conclusão de puro egoísmo, apesar de verídico. Neste meio, a anarquia prevaleceria como pano de fundo deste contexto, e os conflitos seriam inevitáveis, apesar do equilíbrio de poder (MORGENTHAU, 1948).

Saindo deste completo caos, analisamos o liberalismo, mais conhecido como “pluralismo”, devido a considerar vários atores como protagonistas nas relações internacionais, e não apenas um exclusivo, como apontam os neorealistas. Representado, principalmente, por Immanuel Kant, os chamados idealistas pregam conceitos divergentes, como cooperação internacional, paz democrática, comércio livre, direitos universais do homem, democracia, autodeterminação dos povos e interdependência. O neoliberalismo, proposto por Robert Keohane, surge com o intuito de rebater as críticas realistas, e considerada a anarquia e o protagonismo do Estado como sendo verídicos, porém nos remete a falta de transparência e egoísmo intrínsecos conjuntamente (KANT, 1795).

A teoria marxista, com seu maior representante sendo Karl Marx, nos explica as contradições nas quais o Estado está inserido, e a constante luta de classe entre a burguesia e o proletariado, onde o papel do Estado seria assegurar o cumprimento das normas do sistema capitalista, e o seu favorecimento à classe burguesa. Nitidamente, haverá a exploração, seja pela burguesia frente ao proletariado, ou pelas nações centrais frente as nações periféricas, devido a seu poder econômico superior (MARX, 1867).

Por fim, a teoria construtivista considera a construção de uma identidade cultural e religiosa como questões primordiais no contexto das relações internacionais, e intrínsecas à sociedade internacional. Portanto, os interesses dos Estados seriam moldados pela convivência social, e suas ideias influenciadas por estas identidades presentes na sociedade, advinda de seu respectivo Estado (BUENO, 2006).

Criticamente, a teoria neorrealista aparenta ser meramente simplista, por considerar apenas o Estado como protagonista nas relações internacionais, portanto as variáveis não seriam complexas, já que o seu objetivo maior é simplesmente a sua sobrevivência, e a busca constante pelo poder. Realmente, em algumas ocasiões da realidade, podemos perceber nitidamente estes preceitos, mas a falta de complexidade acaba por pecar neste sentido, tornando-a restrita quanto a alguns aspectos analíticos, devido a exclusividade protagonizada pelos Estados.

Entretanto, a teoria pluralista considera vários atores como sendo os reais protagonistas da seara internacional, portanto seriam muitas variáveis envolvendo os mesmos, e diferentes visões acerca de um mesmo estudo de caso, por exemplo. Se analisarmos separadamente uma situação, perceberemos, principalmente, o conceito de interdependência, muito bem apresentado pelos idealistas, mas não podemos ser ingênuos a ponto de pensarmos que a cooperação internacional ser a principal causa de todas as ações destes atores, e não havendo interesse algum por trás desta prática. Todavia, o neoliberalismo chega próximo à nossa realidade atual das relações internacionais.

A teoria marxista se concentra excessivamente nas contradições do capitalismo e sua relação com o embate entre as classes sociais: burguesia e proletariado. De fato, podemos associar às nações periféricas e nações centrais, mas, atualmente, não vivenciamos mais aquela realidade onde a exploração predominava em territórios internacionais, e a soberania de cada Estado-nação, recentemente, está sendo preservada pelos próprios protagonistas citados.

Finalizando, a teoria construtivista se concentraria em questões culturais e religiosas, que, realmente, são importantes e determinantes para seus interesses nas relações internacionais, mas não exclusivos. Particularmente, não são questões primordiais, de modo a moldar, exclusivamente, os interesses dos Estados, mas são importantes, e necessárias, realmente.

2 O CONCEITO DE SOFT POWER

Após o breve debate acerca do termo “política externa”, sob a perspectiva de quatro diferentes teorias das relações internacionais, discutido no primeiro capítulo desta monografia, apresentaremos, a partir deste segundo, um conceito muito utilizado na política externa brasileira.

Apresentaremos as ideias interligadas ao conceito da teoria do “soft power”, muito associado ao neoliberalismo, que primazia a cooperação internacional em nível mundial, e vê nas organizações internacionais uma forma de concretizar o seu principal preceito. Veremos que o Brasil, historicamente, sempre buscou o diálogo em sua diplomacia, e não se ateve a questões militares, por razões estratégicas. Mas, dentro da teoria do soft power, existem formas divergentes de alcançar o prestígio e papel de protagonista no sistema internacional, ou seja, de uma forma interdependente, autônoma, variando seus parceiros econômicos, ou fortalecendo as parceiras já existentes (VALENÇA, 2014). Explicaremos também conceitos envolvendo o hard power, e os motivos pelos quais o Brasil não se adentrar de forma intensa nesta prática, estes com justificativas geopolíticas, econômicas e históricas, principalmente.

2.1 CONCEITO

O termo em inglês “soft-power”⁸, significa, na língua portuguesa, poder brando, ou de convencimento. Como estamos nos referindo a assuntos envolvendo as relações internacionais, este poder seria responsável por influenciar, através de vias culturais ou ideológicas, o comportamento de diversos atores neste âmbito, principalmente os Estados, considerados protagonistas do sistema internacional.

O idealizador deste conceito, Joseph Nye, ao criá-lo no final da década de 1980, buscou entender o comportamento e suas principais consequências de alguns atores, ilustrado em seu livro “Soft Power: The Means of Success in World Politics”, publicado no ano de 2004 (NYE, 2004).

⁸ Desenvolvido por Joseph Nye, o conceito de soft power designa a “capacidade de um Estado obter o que deseja através do poder de atração de sua cultura, de suas ideias, de suas políticas domésticas e de sua diplomacia.

Levando em consideração o atual cenário das relações internacionais, podemos considerar, ainda, os Estados Unidos como sendo a principal potência influenciadora neste aspecto. Portanto, considerando o atentado terrorista praticado em solo norte-americano, na data de onze de setembro no ano de 2001, Nye considera que o Estado necessita não apenas do soft power, mas também do hard power, de modo a se consolidar neste sistema anárquico, considerado assim pelos neorrealistas. Porém, não devemos esquecer que o Estado não pratica esta ação sozinho, isto é, ele recebe a ajuda de outras entidades que contribuem para a disseminação deste poder de influência, seja empresas transnacionais, instituições nacionais, universidades, igrejas, e até personalidades consideradas como “celebridades” no ramo internacional. Todos estes atores contribuem, direta ou indiretamente, para dissipar a cultura de seu país, neste caso norte-americana, devido ao exemplo citado anteriormente neste trabalho.

O conceito básico da palavra “poder” está relacionado a uma perspectiva ampla, ligando a questão do Estado e de sua soberania. O Estado possui a disponibilidade de uso legítimo da força, e isso caracteriza sua fonte de poder. Nesta forma de manipular um terceiro, existem três verbos simples que classificam esta atitude: ameaçar, recompensar e atrair. A primeira não costuma soar positivamente aos ouvidos de ninguém, devido ao seu tom agressivo, enquanto a segunda estaria implícita um jogo de interesses. Mas, a terceira, seria a forma ideal de agregar parceiros estratégicos nas relações internacionais.

2.2 SOFT POWER E HARD POWER NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Nesta perspectiva, existe um embate clássico entre duas teorias de grandes representantes, ou seja, divergências teóricas envolvendo o soft power e o hard power. São dois termos que utilizamos para definir o comportamento dos atores nas relações internacionais, mas completamente opostos em suas definições. O hard power, a princípio, possui suas origens na teoria realista, e considera índices diferentes dos apontados no soft power, sendo estes: população, poderio militar e o Produto Interno Bruto (PIB) de cada nação a ser analisada por esta vertente.

Todavia, o desfecho vinculado ao conceito de soft power, e o seu consecutivo sucesso, dependem, necessariamente, do histórico deste ator em questão, na atuação de sua política externa, além do fluxo de informações compartilhadas com

demais atores presentes nas relações internacionais. Historicamente, a ideia envolvendo o soft power está condicionada à ascensão do fenômeno “globalização”⁹, e do conceito sobre o neoliberalismo, debatido neste trabalho durante o seu primeiro capítulo. Seria importante mencionarmos a contribuição que a cultura popular e a mídia internacional realizam para o aperfeiçoamento do chamado poder de convencimento (VALENÇA, 2014).

Antes de diferenciarmos alguns pontos relevantes entre o soft power e hard power, devemos considerar o contexto político em que ambos foram utilizados.

O hard power, apesar de ser associado principalmente ao poder militar, não se restringe neste único aspecto, e transcende aos fatores econômicos igualmente, pois, para alguns países, a questão econômica prevalece sobre a militar, como podemos observar nos países localizados no sudeste da Ásia, denominados “Tigres Asiáticos”, os quais são: Hong Kong, Coréia do Sul, Singapura e Taiwan.

Principalmente entre as décadas de 1960 e 1990, as taxas de crescimento e industrialização desta região foram incríveis, e a partir da década de 1980 estes países começaram a exercer influência nos fluxos do comércio internacional. Apesar dos aspectos econômicos e militares positivos, o hard power é mais contestado no cenário internacional quanto a sua prática, e possui um custo elevado, portanto apenas os países considerados desenvolvidos seriam capazes de exercer a sua aplicação.

O soft power, por outro lado, possui algumas vantagens e seria mais efetivo em alguns contextos favoráveis para sua prática, isto é, onde o diálogo diplomático não esteja fora de questão, e a cooperação seja preservada (VALENÇA, 2014). Analogicamente ao hard power, o soft power não possui tanta contestação quanto a sua prática, e seu custo não detém grandes investimentos, por ser fundamentado em conceitos humanos, e primordialmente na cooperação.

Assim, os países emergentes se sentem mais atraídos pelo mesmo, e constantemente internalizam seu conceito em suas diplomacias. Além disto, o soft power prioriza o crescimento econômico em nível doméstico, o que valoriza a ascensão econômica de cada cidadão nacional em seu respectivo país de origem, onde estaria alocado seu exercício econômico.

⁹ O termo “globalização” refere-se a um dos processos de aprofundamento internacional da integração econômica, social, cultural e política, que teria sido impulsionado pela redução de custos dos meios de transporte e comunicação dos países no final do século XX e início do século XXI.

Para o Brasil, o soft power foi utilizado como um subterfugio para concretizar sua posição de líder regional na América do Sul. Podemos destacar também que as condições e vulnerabilidades de um país como o Brasil se adequam perfeitamente aos pretextos deste conceito, pois o país é considerado um “global player”, como discutido anteriormente, mas não um “global power”. Ele possui grandes aspirações no cenário internacional, porém suas capacidades são limitadas pelo hard power, o que fez o país optar pelo soft power, e, por assim dizer, este ser tão predominante em sua política externa.

Todavia, a opção pelo soft power não significa um ponto de fraqueza a ser reconhecido pelo Brasil, e sim estratégico. A explicação estaria vinculada a posição do país na América do Sul, juntamente com sua política de não-intervenção e preceitos sobre a resolução pacífica de conflitos internacionais, defendidos desde a sua primeira constituição, no ano de 1891, que justificam o motivo para o qual a teoria do soft power ser a mais adequada para o comportamento da diplomacia brasileira. Devido a esta posição no sistema internacional, houve a possibilidade de evolução do Brasil perante outras potências, ou seja, a característica vem sendo aprimorada conforme os anos se passam para o próprio país.

2.3 APLICABILIDADE NA POLÍTICA EXTERNA

Após definir, brevemente, o conceito envolvendo o termo soft power, podemos partir para a prática em estratégias diplomáticas envolvendo a política externa de protagonistas no sistema internacional, principalmente o Brasil.

Sobre o próprio, podemos destacar alguns assuntos que retratam bem a aplicabilidade de sua atuação diplomática sob a perspectiva do soft power, de modo a adquirir ganho significativo nas relações internacionais. O principal deles seria a busca pelo assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU). Além deste, apenas mencionaremos, o desenvolvimento de um submarino nuclear, a posição de liderança exercida pelo país na missão de paz, apoiada diretamente pela ONU, em território haitiano, e o apoio governamental às transnacionais brasileiras (VALENÇA, 2014).

Durante o último governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2006-2010), o Brasil adquiriu um considerável envolvimento em questões não apenas em âmbitos

regionais, mas internacionais. Coincidentemente, tornou-se a sétima maior economia em nível global nesta época. Seguindo esta trajetória, importantes eventos de cunho internacional foram sediados pelo país durante a segunda década do atual século, como a Copa do Mundo, no ano de 2014, e os Jogos Olímpicos, no ano de 2016. Foi nesta época também que o país se consolidou como líder na América do Sul, mas não por índices gerais, e sim pela pré-disposição, pois somos superados pelo Chile, por exemplo, em alguns requisitos, como no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), no qual o Brasil ocupa, atualmente, o 75º lugar (0,755), enquanto o Chile encontra-se na posição de 42º lugar (0,832), a melhor colocação sul-americana. Todavia, devemos ressaltar que este índice contém algumas falhas de medição.

Historicamente, as premissas do Brasil foram a busca pela autonomia, e a aquisição de um papel importante, ambos no sistema internacional. Porém, em sua trajetória também podemos constatar uma fraqueza quanto ao conceito de hard power aplicado em sua realidade. Sobre este conceito, associaremos ao termo “potência coercitiva”, pois, segundo os realistas clássicos, esta capacidade de influenciar o comportamento alheio, agora, seria por vias militares ou econômicas, e não pelo diálogo ou negociação. Continuando o raciocínio, as principais estratégias brasileiras, utilizadas em âmbito internacional, estão vinculadas diretamente ao pensamento desenvolvido por Joseph Nye. Todavia, devemos considerar que ambos os conceitos, soft power e hard power, se complementariam de uma forma ideal, e não se excluíam, pois são interdependentes.

Em sua política externa, o Brasil possui alguns pontos chaves, que corroboram para seus interesses nas relações internacionais, como: poderio econômico em ascensão, ideais políticos, valores e preceitos morais, além de uma forte tendência ao neutralismo. O consenso, aliado a diplomacia e persuasão, justificam os interesses brasileiros, que incluem uma maior inserção na busca por uma posição de líder em instituições internacionais de estimado prestígio.

Enaltecemos as características envolvendo a influência brasileira no cenário global, e seu poder de convencimento no mesmo, mas não devemos menosprezar sua capacidade referente a influência, ou poderio militar. Como exemplo prático, o grupo político de cooperação envolvendo países emergentes, o chamado “BRICS” (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul), possui uma forte posição neste

requisito militar, sendo que os países localizados no continente asiático detêm grande capacidade militar.

Por definirmos o conceito de soft power, e afirmarmos que o mesmo está inserido na estratégia adotada pela política externa brasileira há certo tempo, seria importante analisarmos o seu ponto de ápice. Mais precisamente no final do século passado, durante a sua última década, o soft power estava em plena ascendência pela seara internacional, e, paralelamente, houve o período em que mais surgiram organizações internacionais de diferentes cunhos. Portanto, a cooperação internacional estava se propagando, de uma forma constante e ágil, em diversos foros multilaterais. Por exemplo, apenas em território sul-americano, as seguintes organizações internacionais foram criadas a partir da década de 1990: Mercado Comum do Sul (MERCOSUL) no ano de 1991, União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) no ano de 2008. Agora, em âmbito internacional, houve a fundação da OMC, no ano de 1995. O Brasil, desde sua redemocratização, ou seja, após o período da ditadura militar, sempre procurou o desenvolvimento por vias multilaterais, portanto priorizava em sua agenda de política externa o relacionamento amistoso em instituições internacionais, que propiciasse o ambiente natural para este desenvolvimento através da cooperação internacional.

2.4 AMERICANISMO, GLOBALISMO, INSTITUCIONALISMO PRAGMÁTICO E AUTONOMIA

O Brasil desenvolveu sua política externa através de quatro conceitos, que contribuíram para sua posição atual como protagonista nas relações internacionais até o presente momento, sendo elas: americanismo, globalismo, institucionalismo pragmático e autonomia. Antes de analisarmos estes, existem alguns paradigmas, inseridos na atuação brasileira, que devem ser citados. A questão da autonomia na política e economia, e a busca por um papel na política internacional, são constantes em nossa história. Ademais, os valores e fatores culturais presentes na raiz brasileira, influenciam de forma estridente as preferências por alianças políticas, e estratégias econômicas (VALENÇA, 2014).

Iniciando a referida análise, o termo “americanismo” se refere a uma forte tendência brasileira na época, mais precisamente ao final do século XIX, em que o Brasil esteve bastante próximo diplomaticamente dos Estados Unidos naquela

época, sendo que neste período o articulador líder brasileiro era o Barão de Rio Branco, José Maria da Silva Paranhos Júnior, diplomata brasileiro, e considerado o patrono da diplomacia brasileira. Ele exerceu o cargo de Secretário-Geral no Itamaraty durante o período de 1902 a 1912, contabilizando onze anos.

Durante o período citado, o Brasil tentou conciliar seus interesses nacionais aos norte-americanos, e enxergou nos Estados Unidos um parceiro econômico de forte cooperação nesta vertente.

Com relação ao globalismo, o conceito esteve em seu auge na década de 1950, durante o governo de Juscelino Kubitschek, e foi representado pela criação do OPA (Operação Pan-Americana), que teve a missão de reduzir a miséria no continente americano promovendo o desenvolvimento econômico, e, em paralelo, a cooperação internacional. O principal fator a se considerar será o interesse exclusivo nacional, e a volatilidade de parceiros estratégicos, isto é, não há um parceiro à longo prazo nas relações internacionais, mas sim momentâneos, assim suprimindo a necessidade de cada momento vivenciado pelos Estados protagonistas. O Brasil, particularmente, presenciou este conceito durante a prática da Política Externa Independente (PEI), na qual o contexto histórico da época era o cenário da Guerra Fria, uma disputa ideológica entre o capitalismo e socialismo, representado por norte-americanos e soviéticos, respectivamente.

Durante o breve governo de Jânio Quadros (1961), houve uma forte reaproximação entre Brasil e China, país considerado socialista na época, que resultou em uma visita oficial do próprio. Após esta visita, João Goulart (1961-1964) assume a presidência do Brasil, devido a saída de Jânio Quadros por um golpe. Frente à bipolaridade entre Estados Unidos e União Soviética, o governo brasileiro buscou manter relações econômicas com ambos os países, e não se privar de qualquer benefício advindo desta atitude. Todavia, durante o episódio denominado “Crise dos Mísseis (1962)”, o qual estivemos perto de um ápice de um conflito nuclear, pois os soviéticos, apoiados por Fidel Castro, instalaram suas bases militares em território cubano, geograficamente próximo aos Estados Unidos, o que ameaçaria diretamente a segurança de todo território.

O presidente norte-americano em exercício, John Kennedy, e o líder soviético, Nikita Krushchev, negociaram incansavelmente a retirada do armamento soviético daquele local, em troca os norte-americanos, secretamente, retiraram bases militares em território europeu. Enfim, o que afetou diretamente o Brasil foi o

seu posicionamento neste conflito, devido a não apoiar a causa norte-americana, e, a partir deste momento, suas relações diplomáticas serem prejudicadas em termos de cooperação mútua.

O Brasil, durante o início da década de 1990, viveu alguns momentos delicados em sua história política. Naquela época, havia uma forte crise econômica afetando o mercado nacional. Além disso, houve o impeachment do presidente brasileiro na época, Fernando Collor de Mello (1992), o que ratificaria o colapso dos ideais envolvendo os termos “americanismo” e “globalismo” na realidade política brasileira.

Então, Itamar Franco assume o comando da presidência, pois era o vice-presidente de Fernando Collor na época. A postura do Brasil nas relações internacionais começa a se delimitar, e assumir os reais interesses nacionais. Por assim dizer, o principal bloco econômico sul-americano, MERCOSUL, ganhou destaque para o governo brasileiro, que se comprometeu a promover sua liderança na América do Sul, isto é, elegendo novas prioridades após a saída do presidente pelo ato do impeachment. Itamar inovou os conceitos da política externa brasileira na época, e revitalizou as relações amistosas entre os países vizinhos latino-americanos.

Foi a partir deste período que o “pragmatismo institucional” e a “autonomia” foram as principais diretrizes da atuação diplomática do Brasil. Através de parcerias regionais, o país se fortaleceria economicamente perante o cenário internacional, e seria capaz de galgar objetivos audaciosos, como o seu antigo desejo pelo assento permanente no CSNU.

No ano de 1995, quando Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) assume o seu primeiro mandato como presidente do Brasil, o institucionalismo pragmático fora o seu primeiro paradigma a ser debatido. Neste período, houve uma limitada e controlada abertura ao mercado internacional pelo governo brasileiro, e o seguimento por padrões liberais internacionais. Além destes, houve uma forte participação em organizações internacionais, as quais podemos destacar a OMC, e a ONU, ambas em níveis internacionais.

A principal característica encontrada nesta nova abordagem brasileira foi a forma como manteve suas relações com os outros Estados, ou seja, o governo brasileiro priorizou o multilateralismo, através do MERCOSUL, em âmbito regional, e da OMC, em âmbito global, como uma forma de promover o comércio internacional e

buscar a desenvoltura de sua economia nos padrões internacionais. Princípios e valores normativos creditados ao Brasil estiveram atrelados ao desenvolvimento socioeconômico do próprio país.

Porém, antes de se inserir como um membro, com propriedade, de destaque na comunidade internacional, o país procurou se tornar independente, através da aquisição de uma autonomia, contrapondo a principal característica do americanismo, onde os laços estavam completamente amarrados aos Estados Unidos.

Seguindo adiante, agora entre o período em que Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) exerceu o cargo de presidente do Brasil, o institucionalismo pragmático começa a perder sua força observada no governo anterior. Assim, o Brasil passa a se projetar como um “global player” no sistema internacional sob uma diferente perspectiva, e almejando dissipar sua influência para além da América do Sul. Portanto, a autonomia política e um papel substancial nas relações internacionais foram características norteadoras importantes. Entretanto, posteriormente, veremos que há uma falta de simetria entre suas reais capacidades, contradizendo as suas aspirações nesta seara, o que convergiria para uma dependência pelo soft power como instrumento de política externa.

As estratégias do soft power, como instrumento utilizado na política externa, são primordialmente duas: persuasão e construção de consenso (VALENÇA, 2014). Nitidamente, o Brasil utilizou ambas na forma de conduzir sua política externa, mas não podemos esquecer que, ainda, não somos considerados como uma potência do alto escalão a nível internacional. Estas potências, que exercem uma maior influência no sistema internacional, preocupam-se em como o hard power realizará a manutenção desta posição em que ocupam, e como a condensação desta ideia seria feita em sua realidade, ou seja, acumular hard power.

O Brasil, por não deter grandes capacidades neste aspecto, utiliza o soft power como estratégia e motivação para se manter competitivo nas relações internacionais. Ainda neste mesmo período, os formuladores da política externa brasileira eram, em sua maioria, autonomistas, ou seja, defendiam uma postura proativa e autônoma do Brasil em sua performance na política internacional (VALENÇA, 2014). Historicamente, o país sempre preservou sua atuação através do multilateralismo, caso contrário não seria membro de importantes organizações internacionais, como a OMC, o MERCOSUL, a ONU, e até a UNASUL. Mas, o que

este conceito significa seria a forma de como agir nestas situações, ou seja, uma postura de líder a nível mundial, e não apenas regional, mais precisamente em território latino-americano.

O soft power, neste sentido, foi um importante fator para o Brasil em termos de demonstrar seu poder de influência entre os Estados, seja através de mediação de conflitos, ou pela promoção de tratados internacionais objetivando interesses econômicos.

2.5 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Concluindo este capítulo, percebemos que o soft power, mais conhecido como “poder de convencimento”, está intimamente conectado aos preceitos neoliberais, e considera vários atores como sendo protagonistas nas relações internacionais. O conceito desenvolvido por Nye foi amplamente utilizado pelo Brasil em sua política externa, e desde a época do Barão de Rio Branco, apesar do conceito surgir após a década de 1980.

As quatro principais vertentes deste pensamento, isto é, americanismo, globalismo, institucionalismo pragmático e autonomia, são paradigmas constantes na diplomacia brasileira, e, obviamente, houveram suas respectivas épocas de maior ascensão. A partir da dos anos de 1990, com a decadência do americanismo e globalismo, a autonomia e o institucionalismo pragmático surgem com convicção no sistema internacional. O Brasil, por sua vez, começa a se integrar neste cenário por vias multilaterais, devido a criação de inúmeras organizações internacionais na época, e se projetar como líder regional na América do Sul.

Os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) e de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) possuem suas divergências em termos de política externa, devido a estas vertentes do soft power. Enquanto no primeiro houve a primazia por instituições internacionais provedoras de foros multilaterais, o segundo buscou uma maior autonomia, e independência, em áreas estratégicas. Buscou também uma maior inserção em questões de extrema importância nas relações internacionais, como uma forma de comprovar seu poder de influência como “global player”.

Todavia, a ausência de um hard power consistente em sua política externa, faz com que o Brasil não seja “capacitado” para certas posições no sistema

internacional, e, infelizmente, podemos considerar o assento permanente no CSNU como uma delas. A escolha pelo soft power foi feita por motivos estratégicos, históricos e econômicos viáveis a realidade política brasileira, mas é inegável que o hard power, conforme Nye já havia nos alertado, seria o fator complementar ao soft power de todo país, de modo a conquistar e ratificar a posição de líder nas relações internacionais, e não apenas em âmbito regional, algo que o Brasil já exerce desde o período em que o Barão de Rio Branco liderava o corpo diplomático brasileiro.

3 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA NO REGIME MILITAR (1964-1985)

Neste terceiro capítulo, começaremos a dissertar sobre o período conhecido como “Ditadura Militar” no Brasil, ou, simplesmente 5ª República. Este regime foi instaurado em território brasileiro na data de 01 de abril de 1964, e se estendeu por vinte e um anos até o ano de 1985, quando José Sarney assume a presidência do país sob o novo regime democrático presidencialista.

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Anteriormente a este regime, João Goulart havia sido deposto pelo golpe militar, que foi caracterizado por atos institucionais, ocasionando a reformulação da constituição no ano de 1967, e a dissolução do Congresso Nacional. Além destes fatos, as seguintes características foram observadas: nacionalismo exacerbado, caráter desenvolvimentista, e o retorno da teoria americanista, praticada anteriormente pelo Barão do Rio Branco. A Lei da Anistia será igualmente importante de mencionarmos, pois concedeu perdão político aos presos, torturados e exilados durante o regime militar no Brasil, além dos próprios torturadores e assassinos neste período (LUIZ, 2011).

Em termos de política interna, não houveram avanços quanto à satisfação da população local, devido a suspensão de garantias fundamentais aos cidadãos, a cassação de cargos políticos, em sua maioria exercidos pela elite nacional, e pela censura imposta aos brasileiros, irrestritamente, quanto à atuação do regime militar em território nacional, ou seja, sua atuação era irrefutável e inquestionável.

Com relação a política externa, houve um forte retrocesso quanto a prática da PEI, que prezava pela autonomia e independência do Brasil no cenário internacional, tanto com relação a atuação em organizações internacionais, e outras instituições, além de foros de cunho multilateral, como em assuntos unilaterais. Em contrapartida, houve a reaproximação pela prática da teoria americanista, citada anteriormente, devido ao apoio prestado ao golpe militar pelos norte-americanos. João Goulart, antes de ocorrer o referido golpe militar, havia realizado uma visita oficial à República Popular da China, um país nitidamente de raízes socialistas na época.

Portanto, levando em consideração o contexto global deste período, pelo qual estava ocorrendo a Guerra Fria, um embate ideológico entre o capitalismo e socialismo, os Estados Unidos, por receio de ver o Brasil, um país territorialmente, e geopoliticamente, forte em questões diplomáticas, em vias de se tornar socialista, preferiu retirar Goulart da presidência, e apoiar os militares em sua tomada pelo poder (LUIZ, 2011).

Logo de princípio, podemos destacar o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) como o auge da repressão interna em território nacional, e o início da reformulação da política externa brasileira.

Oficialmente, a principal instituição que, a priori, seria a responsável por promover as relações internacionais do Brasil em âmbito global, ou seja, o Ministério das Relações Exteriores (MRE), esteve localizada na cidade do Rio de Janeiro, durante os anos de 1899 a 1970, e possuía o nome de “Palácio do Itamaraty”, com os estilos neoclássico e eclético dominantes em sua arquitetura, e projetado pelo arquiteto José Maria Jacinto Rebelo, com início no ano de 1851 e término em 1855.

O “Palácio Itamaraty”, atual sede oficial do MRE, teve no ano de 1960 o início de sua construção, sendo finalizado após dez anos, em 1970. Esta obra foi projetada pelos arquitetos Oscar Niemeyer e Milton Ramos, e pelo engenheiro Joaquim Cardoso. O “Palácio dos Arcos”, como é popularmente conhecido, possui o estilo moderno como predominante, e foi inaugurado, oficialmente, em 20 de abril de 1970, durante o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), e seu respectivo chanceler na época, embaixador Mário Gibson Barbosa, totalizando quarenta e seis anos de história até o presente momento.

O período em que o Brasil foi comandado pelas forças militares resultou em cinco diferentes presidentes em exercício, sendo eles, cronologicamente: Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967), Artur da Costa e Silva (1967-1969), Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979) e João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Neste período, consideramos a Guerra Fria como principal pano de fundo no contexto internacional, o que nos auxiliará a entender alguns pensamentos deste período.

3.2 HUMBERTO DE ALENCAR CASTELO BRANCO (1964-1967)

Humberto de Alencar Castelo Branco, militar e político brasileiro, foi o primeiro encarregado a iniciar o regime militar no Brasil. Em linhas gerais, sua política externa esteve atrelada ao apoio econômico, político e militar, advindo dos Estados Unidos, e, internamente, foi o responsável por institucionalizar a ditadura militar em território nacional através de atos institucionais.

3.2.1 Vasco Leitão da Cunha (1964-1966)

Iniciando o período militar no MRE, o primeiro incumbido pela chefia do órgão governamental foi Vasco Leitão da Cunha, durante o início de abril de 1964 até janeiro de 1967. Ele ocupou a chancelaria durante dois governos, apesar de um ser interino, e o outro oficial. Após a saída de João Goulart do poder, Pascoal Ranieri Mazzilli, presidente da Câmara Federal na época, assume a presidência brasileira por caráter interino (LUIZ, 2011).

Por convite do mesmo, Leitão da Cunha decide aceitar e se tornar o responsável pela pasta das relações exteriores no Brasil. Durante a sua gestão, este chanceler foi, categoricamente, contrário aos preceitos adotados pela PEI, justificando que a política externa brasileira estaria se “recolocando para novos rumos no sistema internacional”. Em sua agenda de política externa, ele priorizou as relações diplomáticas com países latino-americanos, países originários do Ocidente, e com os Estados Unidos, obviamente, por este estar o apoiando indiretamente. Porém, após alguns acontecimentos, como o episódio conhecido como “Crise dos mísseis (1962)”, em território cubano, a independência de Argélia, e a política antiamericana proposta por Charles de Gaulle (1959-1969), presidente da França naquele tempo, a posição norte-americana não estava inteiramente favorável no cenário internacional, o que estremeceu algumas parcerias estratégicas.

3.2.2 Juracy Magalhães (1966-1967)

Então, no início do ano de 1966, Vasco Leitão da Cunha foi substituído por Juracy Magalhães, que na época ocupava o cargo de embaixador brasileiro na cidade de Washington, capital dos Estados Unidos.

Juracy Montenegro Magalhães, militar, e político brasileiro, de muito sucesso, assume o cargo de chefia no Itamaraty por convite de Castelo Branco, agora presidente do Brasil.

Em sua gestão, como ato de maior importância, podemos destacar a assinatura da “Ata do Iguazu”, entre Brasil e Paraguai, onde o objetivo foi analisar e estudar a viabilidade e aproveitamento dos recursos hídricos no Rio Paraná, o qual está presente, territorialmente, em ambos os países. Com este ato, a questão fronteiriça entre os dois países estava em vias de se resolver diplomaticamente, o que perdurava desde o ano de 1750 (LUIZ, 2011).

Começando a analisar a política externa de cada presidente militar em seu respectivo período de exercício, trataremos agora sobre o período em que Humberto de Alencar Castelo Branco (1964-1967) governou o Brasil.

Marechal Castelo Branco teve sua política externa comumente associada ao termo “interdependência”. A política de interdependência, via de regra, seria com relação a aproximação ideológica com os norte-americanos, comprovada através de um discurso anticomunista, e uma preocupação demasiada com a segurança hemisférica (LUIZ, 2011).

Para muitos estudiosos de relações internacionais, como Amado Cervo, Paulo Vicentini, Leticia Pinheiro, e Carlos Estevam Martins, este período fora considerado um paradigma americanista, onde o desenvolvimento econômico seria dependente e associado aos ditames norte-americanos.

3.3 ARTUR DA COSTA E SILVA (1967-1969)

Artur da Costa e Silva, militar e político brasileiro, foi o segundo responsável por dar continuidade ao regime militar em território nacional. Sucintamente, em seu governo, houve o período de maior repressão, e simbolizado pela promulgação do Ato Institucional 5 (AI-5).

3.3.1 José de Magalhães Pinto (1967-1969)

Seguindo a ordem cronológica, chegamos ao governo de Artur da Costa e Silva (1967-1969), em que José de Magalhães Pinto será o responsável por conduzir as principais diretrizes no Itamaraty.

Neste mandato, ao contrário do anterior, houve uma significativa transformação em sua base política, ou seja, a chamada “linha dura” assume o comando no país, e este período será caracterizado por políticas de repressão, controle e segurança.

Entretanto, também houve uma reincorporação por teses mais nacionalistas ao desenvolvimento nacional propriamente dito, ou seja, um caráter autonomista e independente, contrariando formalmente Washington. Esta estratégia adotada na política externa foi chamada de “diplomacia da prosperidade”, onde o contexto histórico seria a détente intrínseca entre Estados Unidos e União Soviética, pela qual houve consequências em termos de aliança para o Brasil, isto é, as relações diplomáticas com os países de terceiro mundo são revitalizadas (LUIZ, 2011).

Por conseguinte, há uma maior preocupação econômica entre países desenvolvidos e subdesenvolvidos, e o Brasil não agiu diferentemente desta ideia, e se preocupou de forma intensa com seu desenvolvimento econômico nacional. Por fim, um fator importante a ser ressaltado neste período foi a recusa do país em assinar o Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) em âmbito internacional.

Antes de terminarmos o mandato de Costa e Silva como presidente do Brasil, mencionaremos sobre a Junta Governativa Provisória de 1969, ou simplesmente Segunda Junta Militar. Na realidade, este nome refere-se a um triunvirato governamental composto por três militares que ocupavam cargos de ministro. Aurélio de Lira Tavares, ocupava o cargo de ministro no Exército, Augusto Rademaker, na Marinha, e Márcio Melo, na Aeronáutica. Os três governaram o país por um período muito curto, devido ao derrame cerebral ocasionado em Costa e Silva, que meses depois viria a falecer por conta deste ocorrido. O seu vice-presidente, Pedro Aleixo, não pôde assumir seu posto, devido ao mesmo não ser militar. Este período foi de 31 de agosto de 1969 a 30 de outubro daquele mesmo ano.

3.4 EMÍLIO GARRASTAZU MÉDICI (1969-1974)

Partindo para a análise sobre o governo de Emílio Garrastazu Médici (1969-1974), precisamos delimitar dois importantes pontos neste período, que são: uma maior repressão e atos de autoritarismo na política interna, e o chamado “milagre econômico”, onde o crescimento do PIB brasileiro chegava a incríveis 14% ao ano. Todavia, índices de inflação, aumento na concentração de renda e desigualdade acompanhavam tal ritmo citado. Sendo assim, estes dois pontos são correlatos, pois, por conta das melhores condições de vida proporcionadas por este episódio na política brasileira, as medidas não democráticas, como autoritarismo e repressão, não seriam reivindicadas pela população nacional (LUIZ, 2011).

Com relação a política externa brasileira neste período, o discurso anticomunista se manteve intacto, principalmente com o seguimento pela vertente nacional-desenvolvimentista, adotada pelo governo anterior. Contudo, houve um retrocesso quanto ao conceito do globalismo, devido a busca pela autonomia e independência política em questões envolvendo as relações internacionais, estas igualmente observadas no governo brasileiro anterior supracitado (LUIZ, 2011).

Estrategicamente, a atuação da política externa brasileira durante o referido governo foi condicionada ao termo “diplomacia do interesse nacional”. Nela, o papel do Brasil seria transformado, de modo a conquistar seu lugar como potência no sistema internacional. Multilateralmente, o Brasil manteve sua participação ativa em instituições internacionais, apesar de o seu desenvolvimento econômico no exterior permanecer como sendo a prioridade máxima.

Levando em conta o cenário econômico nacional, houve uma ascensão política e econômica por parte da burguesia estatal, e, internacionalmente, três atores foram os responsáveis pelo desenvolvimento econômico na esfera internacional, sendo eles: empresas estatais, empresas transnacionais e o capital privado nacional.

Anteriormente, o capital privado internacional fora indispensável para o crescimento brasileiro em vias internacionais, e neste momento o mercado interno se impõe perante a esta nova realidade. Foi neste contexto em que houve a construção de bases para o conceito envolvendo o termo “pragmatismo responsável”, a ser observado no governo posterior em sua respectiva política externa.

3.4.1 Mário Gibson Barbosa (1969-1974)

No dia 31 de outubro de 1969, Mário Gibson Barbosa, diplomata brasileiro, assume o cargo de chanceler no Itamaraty. Seus traços eram marcados por gentileza, bons modos e imponência, e sua gestão denominada como “diplomacia do interesse nacional”, ou seja, seu conceito de política externa buscava o desenvolvimento nacional, mesclando o bilateralismo com o multilateralismo entre países emergentes, denominação contemporânea para tais atores internacionais (LUIZ, 2011).

Portanto, esta estratégia enfatizava as relações, essencialmente, bilaterais entre países da América do Sul, Central, e da África, envolvendo tratados internacionais de cunho cultural, além de cooperações técnicas e comerciais. Paralelamente, houve uma aproximação com os países árabes, por conta da insuficiência em produção nacional de petróleo, o que as importações em grandes volumes desequilibravam a balança comercial brasileira.

Militarmente, houve um incentivo a construção de uma indústria armamentista nacional, devido a não adesão pelo Brasil ao TNP, em vigor desde 05 de março de 1970. Por fim, após o término do mandato de Médici, no ano de 1974, Gibson é convidado a ser embaixador do Brasil na Grécia, onde permanece até o ano de 1977, enquanto Antônio Francisco Azeredo da Silveira, também diplomata brasileiro, assume o comando no Itamaraty, agora sob o mandato do presidente na época, Ernesto Beckmann Geisel.

3.5 ERNESTO BECKMANN GEISEL (1974-1979)

O presidente militar subsequente a Médici foi Ernesto Beckmann Geisel (1974-1979), e o penúltimo após a redemocratização brasileira. Contextualizando o cenário internacional e nacional da época, os resultados do chamado “milagre econômico”, o choque do petróleo, e o colapso do Sistema de Bretton Woods, haviam enfraquecido a economia brasileira de uma forma convincente (LUIZ, 2011).

Com relação ao primeiro, os seus efeitos não eram mais fortes como antes, enquanto ao petróleo, houve a descoberta de que o produto era não renovável, e a conseqüente criação da Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP),

o que convergiu para o aumento considerado no preço desta commodity¹⁰. O último, seria referente a ação unilateral norte-americana em findar a conversibilidade do dólar em ouro no sistema internacional, o que afetou não apenas o Brasil, mas todas as nações com reservas (LUIZ, 2011).

Analisando o governo de Geisel sob a perspectiva de sua política externa, o chamado conceito de “pragmatismo responsável”, principal teoria aplicada neste sentido, retoma vários conceitos da PEI, e consegue adicionar outros, mas com o mesmo objetivo final. Neste sentido, haverá a busca pelo rompimento de fronteiras ideológicas, e a diversificação, além da intensificação, das relações diplomáticas do Brasil com os demais atores do sistema internacional.

Coincidentemente, neste período citado, houve o apogeu da reconstrução da autonomia e independência do Brasil nas relações internacionais. Por conta de alguns fatores, o momento foi propício e necessário para o país. Como fatores, podemos destacar o esgotamento dos mercados internacionais, o policentrismo econômico nesta mesma seara, a multipolaridade política e o declínio do poder dos Estados Unidos, influenciado diretamente pelo fracasso de Bretton Woods.

Por conseguinte, a abertura para mercados externos torna-se necessária para a sobrevivência do país no cenário global o qual está inserido. Além disto, no governo de Geisel é nítido uma maior cooperação sul-sul, isto é, entre países do hemisfério sul do globo terrestre, e uma diversificação da atuação em busca de parcerias estratégicas, comentada anteriormente, como países do continente europeu, asiático, e do Oriente Médio, de modo especial (LUIZ, 2011). Como conclusão deste novo cenário, podemos afirmar que o crescimento industrial nacional na época impulsionou a projeção da presença econômica brasileira em níveis internacionais.

3.5.1 Azeredo da Silveira (1974-1979)

No dia 15 de março de 1974, o novo comandante da principal instituição nacional de relações exteriores, Itamaraty, assume, oficialmente, as suas devidas funções. Azeredo da Silveira adotou em sua política externa uma postura tradicional,

¹⁰ Commodity, qualquer bem em estado bruto, de origem agropecuária ou de extração mineral ou vegetal, produzido em larga escala mundial e com características físicas homogêneas, seja qual for a sua origem, destinado ao comércio externo.

revivendo o chamado “pragmatismo responsável”, que fez o Brasil adotar uma conduta positiva quanto à descolonização para muitas nações da época, e para abertura de novos mercados, principalmente com países exportadores de petróleo, como os Emirados Árabes Unidos, Bahrein, e Omã, além de estabelecer relações diplomáticas concretas com a Angola, e República Popular da China, esta última muito contestada devido a seu caráter socialista (LUIZ, 2011).

Durante o seu mandato, ainda, Silveira recebeu o chanceler da Arábia Saudita, e, nesta ocasião, promoveu duras críticas a permanência de soldados israelenses em território palestino, chegando até a considerar o sionismo¹¹ uma “política racista”. Nesta mesma linha de raciocínio, o Brasil apoiou o regime do apartheid¹² na África do Sul, e políticas anticolonialistas em países africanos, como Zimbábue e Namíbia. Por fim, como seu último ato de grande expressão, houve a assinatura do Acordo nuclear Brasil-Alemanha, promovendo a cooperação entre os dois países nesta área, através da construção e instalação de centrais nucleares.

3.6 JOÃO BAPTISTA DE OLIVEIRA FIGUEIREDO (1979-1985)

Exatamente após quatro anos de sua posse, ou seja, em março de 1979, Ramiro Saraiva Guerreiro assume o seu posto de chanceler no Itamaraty, agora sob o governo de João Baptista Figueiredo, enquanto Silveira assume a embaixada brasileira nos Estados Unidos.

Finalmente, chegamos ao final do regime militar no Brasil com o mandato de João Baptista de Oliveira Figueiredo (1979-1985). Para entendermos melhor, mais uma vez, as diretrizes tomadas pelo governo brasileiro, seria interessante contextualizarmos o cenário econômico da época.

O sistema internacional estava passando por uma crise econômica, e com elevadas taxas de juros, como agravante. Além deste, houve a disparada da inflação, chegando a marcas surreais de 230% ao longo de seis anos, o aumento da

¹¹ O termo sionismo refere-se ao movimento internacional judeu que resultou na formação do Estado de Israel em maio de 1948, e sua posterior evolução. Ele foi a principal força por trás da criação de Israel, sendo idealizado e divulgado pelo jornalista e escritor austro-húngaro Theodor Herzl. Este movimento político defendia o direito dos judeus de terem sua pátria na região que a bíblia chamou de “Terra de Israel”. Para os palestinos, o sucesso do sionismo significou a frustração de suas aspirações nacionais e a vida sob ocupação em uma terra que eles também consideram sagrada.

¹² O apartheid foi um regime de segregação racial adotado de 1948 a 1994 pelos sucessivos governos do Partido Nacional na África do Sul, no qual os direitos da maioria dos habitantes foram cerceados pelo governo formado pela minoria branca.

dívida externa nacional, e a conseqüente ajuda financeira solicitada ao Fundo Monetário Internacional (FMI) no ano de 1982. Para finalizar, o segundo choque do petróleo, no ano de 1979, devido a revolução fundamentalista ocorrida no Irã, que afetaria negativamente a economia nacional.

Em linhas de política externa, a linha de atuação se manteve fiel ao “pragmatismo responsável” observado no governo de Geisel. Todavia, a conjuntura internacional estava diferente, e, infelizmente, desfavorável. Por isso, houve um aprofundamento de relações diplomáticas com países do Sul, enfatizando as práticas do pragmatismo responsável, e justificando a denominação desta estratégia como “política universalista”. Ademais, por conta deste aprofundamento, o conseqüente e progressivo desalinhamento com os Estados Unidos acabou sendo inevitável, apesar de fortes críticas proferidas pela imprensa direitista naquela época (Luiz, 2011).

Por fim, vale destacar que o Itamaraty perdeu seu papel de resolução sobre os litígios em âmbito econômico, e seus substitutos foram os especialistas de gabinetes do Ministério da Fazenda, algo inesperado, considerando o contexto histórico desta instituição governamental (LUIZ, 2011).

3.6.1 Ramiro Saraiva Guerreiro (1979-1985)

No ano de 1979, Ramiro Saraiva Guerreiro assume o comando no Itamaraty. Seguindo o mesmo embasamento de política externa advindo de seu antecessor, Azeredo da Silveira, Guerreiro foi defensor do chamado “pragmatismo responsável” na política externa brasileira, e priorizou as relações diplomáticas com os países do hemisfério Sul, visitando vários países africanos durante seu período como chanceler, entre eles: Angola, Tanzânia e Moçambique, na época recentemente libertados do domínio colonial. No mês de setembro do ano de 1982, houve a 37ª Assembleia Geral da ONU, onde o presidente em exercício, João Baptista Figueiredo, leu um discurso preparado pelo próprio chanceler, refletindo acerca sobre conceitos predeterminados na ordem econômica mundial do período vigente, e pregando o término de políticas protecionistas impostas pelos países desenvolvidos aos países menos desenvolvidos, majoritariamente, localizados no hemisfério Sul, como o próprio Brasil. Alguns outros assuntos de suma importância também foram abordados naquela ocasião, como o reconhecimento do direito do

povo palestino a um país soberano, de fato, e a questão argentina sobre as Ilhas Malvinas (LUIZ, 2011).

Por fim, ao final do período oficialmente conhecido como “ditadura militar” no Brasil, e início do governo de José Sarney, Guerreiro recebe a nomeação para ser embaixador extraordinário para assuntos da dívida externa brasileira, encerrando tanto o período militar, como a carreira deste diplomata aqui analisado.

3.7 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Concluindo este capítulo, percebemos que o Brasil, durante o regime militar, alternou o seu posicionamento quanto a política externa, principalmente com relação ao apoio norte-americano, obviamente por estar inserido no contexto da Guerra Fria. Primeiramente, no governo de Castello Branco (1964-1967), a política de interdependência fora predominante, igualmente ao apoio norte-americano. Porém, não significa que o país não buscou pelo seu desenvolvimento nacional, e sim o associou aos Estados Unidos, diretamente.

No governo de Costa e Silva (1967-1969), os militares “linha dura” assumem o poder, e a diplomacia da prosperidade seria a responsável por conceituar a atuação diplomática brasileira. Contudo, agora o teor seria autonomista, e as parcerias seriam privilegiadas entre os países subdesenvolvidos.

Passando adiante para o governo de Médici (1969-1974), o “milagre econômico” foi um fator de extrema importância, e serviu para amenizar as situações internamente. Através da diplomacia do interesse nacional, as empresas estatais, empresas transnacionais e o capital privado nacional, formando um tripé econômico, seriam os responsáveis por projetar o Brasil no cenário internacional.

Seguindo com o governo de Geisel (1974-1979), a conjuntura internacional estava extremamente enfraquecida devido a situação econômica internacional, e, portanto, a seria necessário buscar a diversificação por parceiros econômicos em continente europeu e asiático, e fortalecer a cooperação entre países do hemisfério Sul, devido a suas semelhanças em termos geopolíticos.

Chegando ao fim, no governo de Figueiredo (1979-1985), a crise econômica estava de uma certa forma generalizada, e agravada pela dívida externa brasileira no cenário internacional, o que resultou na intervenção do FMI. Entretanto, as linhas de atuação da política externa se mantiveram sobre o pragmatismo responsável, o

que nos remete a um desalinhamento com os Estados Unidos, e a denominação de política universalista.

Finalizando a conclusão, podemos considerar como verdade o fato de que, a política interna sempre será respaldada pela política externa, ou seja, será uma justificativa da primeira. A partir deste período, surge o conceito envolvendo os círculos concêntricos, onde o Brasil exerceria a posição de líder regional na América do Sul, delimitando o objetivo principal deste trabalho aqui apresentado (LUIZ, 2011).

4 A POLÍTICA EXTERNA BRASILEIRA APÓS A REDEMOCRATIZAÇÃO (1985-2010)

No quarto capítulo deste trabalho apresentaremos a atuação da política externa brasileira após a redemocratização nacional, devido ao fim do regime militar no Brasil, compreendendo os governos desde José Sarney (1985-1990) a Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010).

4.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

Antes de debatermos a atuação de cada chanceler neste período histórico, será importante definirmos a complexidade envolvendo, e contextualizar, as relações internacionais do próprio.

Partindo deste princípio, chegamos ao final do conflito ideológico entre o capitalismo e o socialismo, ou seja, entre leste e oeste, denominada por Guerra Fria. Paralelamente a este acontecimento, o grupo de vinte países com maior influência no sistema internacional, G-20, estava em plena ascensão, e ativo em foros multilaterais discutindo os atuais temas em pauta naquele tempo. Ademais, por conta do conseqüente término do conflito ideológico, houve a queda do bloco soviético, e o surgimento da Federação Russa (1991), substituindo em todas as searas internacionais a extinta União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS). Antecedente a este fato histórico, houve a queda do muro de Berlim (1989), marco histórico para o sistema internacional (VARGAS, 2009).

Seria importante não esquecermos de mencionar a crise financeira internacional que estava presente ao início dos anos de 1990, e o processo de reconstrução política e econômica, liderado por Mikhail Gorbachev, realizado na Rússia. Neste tema, duas palavras importantes resumem as ações: “glasnost” e “perestroika”. A primeira refere-se a abertura política em território soviético, adicionada a liberdade de expressão proferida a população local, ou seja, um cunho completamente político. O segundo termo possui conotação econômica, com a finalidade de reestruturar a economia soviética através da redução de gastos na área militar, ou seja, limitando seu hard power, e permitindo a liberalização do comércio internacional, isto é, a entrada propriamente dita do capital estrangeiro, contrapondo teorias socialistas (AMORIM, 2011).

No ambiente político brasileiro, Tancredo Neves havia sido eleito presidente de forma indireta no ano de 1985, derrotando Paulo Maluf. Porém, antes de tomar posse, o candidato, que estava filiado ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), faleceu no dia de 21 de abril daquele ano.

Na América do Sul, notoriamente, houve uma queda generalizada de regimes militares em seus respectivos países, igualmente ao Brasil. A partir da década de 1990 houve uma maior procura pela chamada integração regional, como podemos observar através da criação de algumas organizações internacionais com este objetivo, como o MERCOSUL, através do Tratado de Assunção, assinado em 1991, o North American Free Trade Agreement (NAFTA) em 1992, e a ideia utópica envolvendo a criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), proposta inicialmente por Bill Clinton, presidente norte-americano no ano de 1994, onde as barreiras alfandegárias de todos os trinta e quatro países no continente americano seriam eliminadas, ou seja, este bloco econômico se tornaria o maior em vários aspectos daquela atualidade. Mas, devido ao nível discrepante entre as economias latino-americanas, com relação a norte-americana, este acordo não foi concretizado por nenhum país (SILVA, 1995).

Com relação ao território sul-americano ainda, nota-se que não há conflitos regionais de destaque a serem apresentados, diferentemente de algumas áreas geográficas do globo, como Oriente Médio, Balcãs, territórios na Ásia Central, e África, que passaram por momentos de tensões militares internamente (BARRETO, 2012).

A ONU, coincidentemente, estava passando por um momento de ascensão, e multiplicação, no que diz respeito ao seu poder de influência. Naquele tempo, a hegemonia norte-americana estava em seu auge, diferentemente de alguns anos atrás, onde a bipolaridade estava presente. Este cenário se perpetuou por alguns anos, e coincidiu com o atentado terrorista praticado pela organização fundamentalista islâmica internacional, intitulada Al-Qaeda, na data de 11 de setembro no ano de 2001. Especificamente, este acontecimento, seria um marco histórico nas relações internacionais, pois alteraria, de forma drástica, a atuação norte-americana no cenário internacional, principalmente com relação a cooperação multilateral (FONSECA, 2011).

A partir daquele momento, houveram diversas ocupações militares em países como Iraque, Afeganistão, e o conseqüentemente agravamento de tensões entre

Israel e Palestina. A questão nuclear envolvendo o Irã, e preocupações climáticas no âmbito da ONU também foram destaques neste século, mas não de forma tão impactante como o foi o atentado terrorista citado anteriormente. Finalizando a contextualização em âmbito internacional, mencionaremos a crise financeira internacional no ano de 2008, que teve sua origem nos Estados Unidos, porém suas consequências foram em níveis globais. O crescimento econômico constante da China, o país cotado para ser a nova superpotência da seara internacional, também merece destaque, igualmente como a perda da hegemonia norte-americana (FONSECA, 2011).

4.2 CENÁRIOS NACIONAIS E INTERNACIONAIS BRASILEIROS

Partindo para uma análise da política brasileira em aspectos nacionais e internacionais, observamos a herança da dívida externa presente na realidade brasileira, acrescida da inflação e problemas sociais. Como consequência do regime militar, houveram alguns pontos importantes, como a anistia de todos os opositores, a criação de novos partidos políticos, e uma maior liberdade de imprensa, buscando uma identidade para o termo “democracia”. Além destas pautas, havia um fluxo internacional de capitais envolvendo o Brasil diretamente, o aumento no comércio internacional, devido a estarmos na década onde a cooperação internacional era a palavra de ordem, e os assuntos promovidos pelas principais organizações internacionais, como proteção ao meio ambiente e direitos humanos (BARRETO, 2012).

Através de uma linha imaginária cronológica, explicaremos alguns acontecimentos de relevância no Brasil. Começando no ano de 1990, o PIB brasileiro estava apresentando resultados negativos, além da redução de importações no comércio internacional. Três anos mais tarde, em 1993, o índice de inflação estava em alta, e o país estava superando a instabilidade política causada pelo impeachment de Fernando Collor de Mello (1992). Para este problema econômico, as alternativas para soluções viáveis seriam encontradas em negociações comerciais envolvendo instituições internacionais, e blocos econômicos. Por exemplo, MERCOSUL negociaria acordos comerciais com a União Europeia, e em vias multilaterais haveria o engajamento pela OMC, posteriormente fundada no ano de 1995. Antes deste ano, em 1994, houve um maior controle da

inflação, o que possibilitou nos anos posteriores o aumento de reservas internacionais para o país (SANTOS, 2014).

Todavia, entre os anos de 1998 e 1999, a dívida externa, de certa forma, foi incrementada, correlacionando as privatizações, principalmente no ramo de telecomunicação, de empresas nacionais. Finalmente, a partir do ano de 2003, e o início do governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), o status do Brasil no sistema internacional passou a ser de um país credor, e não mais devedor. Veremos, no decorrer deste trabalho, que este status trouxe consequências positivas para a atuação e prestígio da atuação do Itamaraty (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

4.3 JOSÉ SARNEY (1985-1990)

Após o término oficial do regime militar em território nacional, após a saída de João Figueiredo (1979-1985), Tancredo Neves fora eleito presidente do Brasil por voto indireto de um colegiado eleitoral. Porém, por motivos de doença, ele é afastado do cargo, e José Sarney (1985-1990) assume interinamente a presidência da república, até a morte de Neves, e oficializando o cargo de Sarney.

4.3.1 Olavo Setúbal (1985-1986)

No ano de 1985, mais precisamente no mês de março daquele ano, Olavo Egídio Setúbal assume o comando no Itamaraty, sob indicação de Tancredo Neves, e, sucintamente, sua atuação pode ser definida como “diplomacia para resultados”, conforme o próprio proferiu em seu discurso de posse. Em linhas gerais, sua atuação foi pautada em uma política universalista, segundo os preceitos de Barão do Rio Branco, e independente, ou seja, promovendo um diálogo aberto com todas as nações representantes no sistema internacional (CÔRREA, 1996).

Naquele ano, o país estava atravessando um período de redemocratização, e, conseqüentemente, houve um forte movimento que concentrou os olhares da política externa brasileira aos conflitos latino-americanos, aos conceitos de direitos humanos, às políticas de tecnologia, e a negociação da dívida externa, problema

este que estava na pauta de quase todas as nações consideradas como sendo de “terceiro mundo” (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

Seguindo o princípio universalista, a abertura de novos mercados ao Brasil, que resultaria na assinatura e ratificação de acordos bilaterais e multilaterais, se tornou imprescindível, pois protegia o país na questão econômica, e retomaria seu crescimento neste aspecto, além da tecnológica e comercial, provocando a redução da vulnerabilidade do país nestas áreas. Inclusive, a aproximação com a vizinha Argentina foi muito bem-vinda aos olhos do governo brasileiro, que, posteriormente, seria essencial para o fortalecimento da base no funcionamento do MERCOSUL (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

Setúbal assumiu o seu compromisso com a democracia, e privilegiou o diálogo com países latino-americanos, e as chamadas “democracias ocidentais”. Em instituições internacionais de prestígio nesta seara, o Brasil procurava promover o seu próprio desenvolvimento econômico, e anunciava que estava em vias de realizar uma reforma agrária em território nacional (VARGAS, 2009).

Ainda no que diz respeito ao âmbito doméstico, ou seja, latino-americano, o Brasil demonstrou apoio ao Grupo de Contadora, criado originalmente por México, Panamá, Colômbia e Venezuela, onde o intuito fora limitar a política intervencionista norte-americana na América Central, durante o primeiro mandato do governo do ex-presidente norte-americano, Ronald Reagan. Desta forma, o país demonstrou apoio aos vizinhos territoriais a sua crença na autodeterminação dos povos (SANTOS, 2014).

Porém, apesar destes focos mencionados, o principal permaneceu como sendo a negociação da dívida externa, prosperando uma nova ordem econômica internacional, esta defendida em vários fóruns multilaterais e discutida constantemente por estudiosos na área internacional. Outros focos adotados durante a atuação de Olavo Setúbal, como chanceler, foram o início do reatamento das relações diplomáticas com Cuba, a promoção dos direitos humanos em nível internacional, a ratificação do antigo anseio brasileiro pelo assento permanente no CSNU, e na colaboração diplomática, devido a visitas oficiais feitas pelo próprio chanceler, em países estratégicos, como a Rússia e Índia, esta concretizando acordos bilaterais que promoveriam a colaboração em assuntos diplomáticos nas áreas de atuação científica e tecnológica (SILVA, 1995).

Finalmente, seria importante realçar também as críticas proferidas pelo Itamaraty em âmbito internacional naquele ano, por ocasião ser contra a corrida armamentista, criticar, e condenar, duramente as políticas do apartheid na África do Sul, e do colonialismo, de modo geral no continente africano (FONSECA, 2011). No dia 14 de fevereiro, do ano de 1986, Olavo Setúbal deixa o cargo de chanceler para trás em sua carreira diplomática, e Roberto de Abreu Sodré assume o posto de Secretário-Geral do Itamaraty no Brasil

4.3.2 Abreu Sodré (1986-1990)

Para contextualizar este período em que Sodré assume seu novo cargo, devemos considerar a situação econômico-financeira brasileira passando por uma fase de deterioração, que resultaria no congelamento geral de preços. No início desta medida, os resultados foram positivos, pois houve a queda da inflação, e a retomada do crescimento econômico. Todavia, devido ao crescimento de pressões inflacionárias, no ano seguinte, 1987, o país declarava moratória de sua dívida externa (AMORIM, 2011).

Por conseguinte, o presidente José Sarney convoca a Assembleia Nacional Constituinte, onde será formulada a atual Constituição Federal (1988), nesta será apresentados temas como direitos civis, a independência do Ministério Público em âmbito nacional, a garantia de eleições livres e diretas, coligadas com a liberdade de imprensa, a autodeterminação dos povos, e a política de não intervenção, associada a resolução pacífica de conflitos internacionais. O texto desta nova Carta Magna previa uma maior integração econômica, política, social e cultural entre os países latino-americanos, que mais tarde formariam uma “comunidade latino-americana” (BARRETO, 2012).

Apesar desta nova perspectiva para a atuação diplomática brasileira no sistema internacional, o fechamento dos mercados internacionais, aliado a dívida pública, fizeram com que a maior preocupação fosse em termos econômicos. Este período coincidiu com a política externa ofensiva promovida por Ronald Reagan, presidente norte-americano da época, o qual apoiou os insurgentes em países como Angola, e Nicarágua (BARRETO, 2012).

Em linhas gerais, a estratégia diplomática brasileira neste período fora traçada por José Sarney, e executada por Abreu Sodré. Mas, alguns pontos são chaves neste sentido. O primeiro seria a construção de uma nova ordem econômica internacional, justa e equitativa, características que transcenderão esta seara.

Com referência as relações diplomáticas, de fato, o Brasil não restringiu sua área de atuação, pois priorizou o relacionamento com países latino-americanos, mas buscou a manutenção e desenvolvimento com o continente africano, asiático, e, além deste, o aperfeiçoamento em termos de cooperação com países de economia planificada (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

Finalizando esta análise, devemos mencionar as vias multilaterais pelas quais o país atuou, favorecendo o fortalecimento de sua atuação na ONU, e também na OEA, o que justificaria um aprimoramento constante de relações geopolíticas com os Estados Unidos, e países europeus ocidentais. Desde o início, Abreu Sodré afirmou que os preceitos de sua política externa seguiriam os passos de Barão do Rio Branco, ou seja, atitudes vislumbrando o entendimento igual, franco e aberto entre as nações, e evitando atitudes unilaterais, de força e confrontação na conjuntura internacional (CÔRREA, 1996).

4.4 FERNANDO COLLOR DE MELLO (1990-1992)

Após a saída de José Sarney (1985-1990) do governo brasileiro, Fernando Affonso Collor de Mello (1990-1992) vence as eleições presidenciais, de forma direta, e torna-se o trigésimo segundo presidente do Brasil. Em linhas gerais, seu governo fora marcado pela abertura do mercado nacional ao capital estrangeiro, e pelo início de um forte processo de desestatização.

4.4.1 Francisco Rezek (1990-1992)

No dia 15 de março de 1990, José Francisco Rezek, jurista brasileiro, assume o comando no Itamaraty. Neste ano, o contexto internacional estava refletindo o final da Guerra Fria, e alguns acontecimentos importantes que influenciaram a todos seus atores. Como exemplo, a reunificação da Alemanha (03/10/1990), a renúncia de Gorbachev ao comando da extinta União Soviética, o fim do regime apartheid na África do Sul, o direito pela independência da Namíbia, e a renúncia de Augusto

Pinochet, no Chile, selando o fim do regime militar na América do Sul (BARRETO, 2012).

Desde o princípio de sua gestão, Francisco Rezek estava ciente sobre os indicadores de uma nova era no sistema internacional, devido a distensão entre os blocos bipolares, pela qual a queda do muro em Berlim (1989) foi principal antecedente histórico. Com este fato consumado, a democracia estava prestes a iniciar seu rumo no leste europeu (FONSECA, 2011). Além deste, o final do apartheid, em território sul-africano, comprovava que os valores estavam se alterando pelas relações internacionais. Quanto ao cenário regional doméstico, o nítido interesse pela promoção de uma integração regional facilitou as relações diplomáticas, e o Brasil fez parte desta facilitação.

Como estratégias diplomáticas, Rezek buscou lograr uma participação ativa do Brasil nas relações internacionais, de modo a sermos protagonistas no processo decisório, porém protegendo as soluções nacionais. A primazia pelas relações diplomáticas com os sul-americanos se manteve desde a gestão anterior, todavia não exclusiva, como percebemos devido ao respeito proclamado às diversidades no ecossistema, principalmente à população indígena residente no Brasil (SANTOS, 2014).

Para o país ser apto a alcançar tais objetivos, seria necessária uma análise criteriosa de opiniões divergentes no âmbito da sociedade, em nível internacional, e uma busca pelo ponto de equilíbrio neste aspecto, mantendo o respeito pela vontade da maioria.

Ao final desta análise, alguns preceitos foram norteadores na condução da política externa brasileira nesta época, como: pluralismo, livre-iniciativa econômica, política nuclear responsável, liberalização das importações, e um “ativismo” agrícola na Rodada Uruguai, vinculada diretamente a fundação da OMC. Como antecedentes da criação do MERCOSUL, neste período o Brasil intensificou seu processo de integração econômica com Argentina, Uruguai e Paraguai, que juntamente seriam os fundadores deste bloco econômico regional (SILVA, 1995).

Obviamente, não podemos esquecer de mencionar a proteção ao meio ambiente, e respeito aos direitos humanos, conceitos vinculativos à Constituição Federal (1988) recente. Antes de finalizarmos esta subseção, seria importante mencionarmos a assinatura do Tratado de Assunção, em 26 de março de 1991, entre Argentina, Brasil, Uruguai e Paraguai, responsável por constituir o

MERCOSUL, adquirindo reconhecimento jurídico e internacional como uma organização internacional, primordialmente, após o Protocolo de Ouro Preto (1994), como uma forma de complemento a este tratado (AMORIM, 2011).

4.4.2 Celso Lafer (1992-1992)

Depois de dois anos comandando o Ministério das Relações Exteriores do Brasil, Rezek foi substituído por Celso Lafer, no dia 13 de abril de 1992.

Neste ano, o Peru estava passando por um período de instabilidade política, devido ao “autogolpe” proclamado por Alberto Fujimori, presidente na época. Ainda em território sul-americano, houveram várias tentativas de golpe na Venezuela. No continente europeu, a ex-Iugoslávia estava passando também por momentos de instabilidade, principalmente no território da atual Bósnia. Enquanto, no território africano, a fome e violência assolavam o território da Somália (BARRETO, 2012).

Por fim, no continente asiático, o fim o regime marxista no Afeganistão estava formalizado. Esta era a conjuntura internacional na qual Lafer assume o comando do Itamaraty, marcada por traços de fragmentação e unificação entre as nações, sendo que sua principal incumbência foi administrar o andamento da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, a ECO-92¹³ (VARGAS, 2009).

Para o chanceler, a diplomacia seria “um reflexo de diálogo e negociação que reflete externamente a convivência democrática no plano interno”. Considerando que estamos em um momento pós-Guerra Fria, Lafer acreditava que as relações internacionais estavam configuradas em um sistema multipolar, ao contrário do que muitos pensavam. Mas, sua explicação seria fundamentada na participação do Japão e da Comunidade Econômica Europeia (CEE), coexistindo ao lado dos norte-americanos (AMORIM, 2011).

Em sua gestão, houve a nítida promoção da democracia, principalmente em âmbito regional, isto é, sul-americano. Além desta promoção, o chanceler buscou acentuar as negociações pelo acordo envolvendo o comércio do gás natural boliviano, e enviou tropas militares para Força de Paz da ONU na Iugoslávia, como havíamos citado anteriormente seu momento de crise política (FONSECA, 2011).

¹³ A ECO-92 foi uma conferência de chefes de Estado organizada pelas Nações Unidas e realizada de 3 a 14 de junho de 1992 na cidade do Rio de Janeiro, onde seu objetivo foi debater os problemas ambientais mundiais.

Apesar de este primeiro mandato ser curto, alguns pontos merecem destaque sobre sua análise, como: a busca pela ampliação do CSNU, como forma de democratizar o sistema internacional, a assinatura do Brasil na Convenção Interamericana sobre Direitos Humanos, e no Acordo Nuclear Quadripartite de Salvaguardas com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) (BARRETO, 2012).

4.5 ITAMAR FRANCO (1992-1995)

Por conta da renúncia do presidente Fernando Collor de Mello (1990-1992), Itamar Franco (1992-1995), o vice-presidente na época, assume suas funções como presidente do Brasil. Em linhas gerais, o país estava passando por conturbações internas, justificando a promoção da transparência, e o apoio partidário político, no governo de Itamar.

4.5.1 Fernando Henrique Cardoso (1992-1993)

Após a renúncia de Celso Lafer do Itamaraty, devido a saída de Fernando Collor da presidência, Itamar Franco, seu vice-presidente, assume o governo e indica Fernando Henrique Cardoso para o posto de chanceler das relações exteriores na data de 5 de outubro de 1992, permanecendo por aproximadamente oito meses neste cargo.

Contextualizando a conjuntura internacional neste período, primeiramente devemos mencionar a assinatura do Segundo Tratado de Redução de Armas, assinado entre George H. W. Bush e Boris Yeltsin, representantes norte-americano e russo, respectivamente. Posteriormente, no ano de 1993, Bill Clinton seria eleito presidente norte-americano. No continente europeu, houve a separação entre República Tcheca e Eslováquia. No continente africano, a situação na Somália estava se agravando. Por fim, em território chinês, as reformas de Deng Xiaoping estavam surtindo efeitos economicamente positivos para a China, que começaria a demonstrar grande potencial (BARRETO, 2012).

Em sua estratégia diplomática, Cardoso destacou a “vocação universal” do Brasil no sistema internacional. Aplicando na prática, houve um tratamento multilateral, além da promoção de uma maior transparência e democratização, em

assuntos na agenda diplomática brasileira. Referindo-se ao aspecto comercial, a Rodada Uruguai foi uma grande aposta do Brasil em negociações, o que viria tornar-se a OMC. Justificando o caráter universalista, o Brasil buscou consolidar o processo de integração regional entre os seus vizinhos territoriais sul-americanos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

Partindo para uma análise de posicionamentos geopolíticos, o Brasil, neste período, foi contrário à ampliação do bloqueio imposto a Cuba, porém buscou revitalizar sua agenda diplomática com os norte-americanos. Além destes, promoveu uma ampliação do intercâmbio cultural com a Comunidade Econômica Europeia (CEE), e negociou a criação do primeiro modelo de satélite sino-brasileiro, juntamente com a China. Ao final, em âmbito multilateral, retornou como membro não-permanente no CSNU.

4.5.2 Celso Amorim (1993-1995)

Com a saída de Fernando Henrique Cardoso para o Ministério da Fazenda, devido ao convite do próprio Itamar Franco, Celso Amorim recebe o convite para se tornar Secretário-Geral do Itamaraty, e no dia 20 de julho do ano de 1993 assume o posto de chanceler.

No cenário nacional econômico, o Plano Real, que lograria uma introdução de orçamento pautada no equilíbrio, a inserção de uma nova moeda, a remoção do comportamento inflacionário por vias públicas, e a liberalização comercial aumentando a concorrência interna, seria a solução para a meta inflacionária ser atingida, desafogando a economia brasileira, finalmente (SANTOS, 2014).

Paralelamente ao cenário econômico brasileiro, o sistema internacional estava presenciando uma certa acomodação após o término da Guerra Fria. No contexto da América do Norte, os norte-americanos haviam realizado um empréstimo de US\$ 50 bilhões de dólares aos mexicanos, como uma forma de plano emergencial (VARGAS, 2009).

Enquanto isto, no Caribe, os Estados Unidos também estavam envolvidos através do apoio político, e militar, ao presidente haitiano Jean-Bertrand Aristide.

No Oriente Médio, historicamente associado ao conflito entre Israel e Palestina, estavam sendo negociados acordos buscando a paz neste longo conflito. Bill Clinton, presidente norte-americano no ano de 1993, foi o responsável por

mediar os chamados “Acordos de paz de Oslo”¹⁴, entre o governo de Israel, representado por Yitzhak Rabin, primeiro-ministro israelense, e a Organização para a Libertação da Palestina (OLP), representada por Yasser Arafat, o presidente em exercício. As negociações previam a união de esforços por determinar a paz entre os dois povos, através do término de conflitos, negociações sobre os territórios ocupados e reivindicados, e o desarmamento por parte de Israel em alguns territórios estratégicos, como o Líbano (SANTOS, 2014).

Na África do Sul, Nelson Mandela fora eleito presidente, de forma oficial, após o fim do regime apartheid. Por fim, com relação a temas econômicos, houve a formação do NAFTA, entrando em vigor no primeiro dia do ano de 1994, e, em âmbito regional, a conclusão da Rodada Uruguai, que resultaria na criação da OMC, após longas negociações em diversos países do mundo, e a incorporação de normas existentes no Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) (BARRETO, 2012).

Finalmente, no que tange à estratégia política do primeiro mandato de Celso Amorim como chanceler do Brasil, houve a classificação do país com uma “vocação pacífica”, segundo o próprio. Ainda sobre características intrínsecas na personalidade internacional brasileira, o país, tradicionalmente, sempre foi respeitador de normas internacionais, forte adepto ao multilateralismo e atitudes transparentes, além de buscar negociações pacíficas através de abertura para o diálogo com todas as nações representantes nesta seara (AMORIM, 2011).

Celso Amorim traçou alguns pontos importantes a serem considerados como pontos norteadores para a diplomacia brasileira, como a busca pelo desenvolvimento econômico do país, a formação de valores democráticos transcendentais às relações internacionais, a defesa da segurança internacional e promoção da paz, e a construção de uma ordem global econômica, e politicamente justa. Neste raciocínio, em síntese, a atuação diplomática brasileira durante o governo de Itamar Franco seria pautada por uma “política de autenticidade” (BARRETO, 2012).

Mantendo a linha de raciocínio ainda neste período, houveram importantes conquistas em âmbito regional, e internacional. Por exemplo, a criação, e sua

¹⁴ Os acordos de Oslo foram uma série de acordos ocorridos na cidade de Oslo, localizada na Noruega, entre os governos de Israel e o presidente da OLP, Yasser Arafat, medidas pelo presidente norte-americano Bill Clinton.

respectiva institucionalização, da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), fundada no ano de 1996, a proposta pelo surgimento da Área de Livre-Comércio Sul-Americana (ALCSA), que garantiria o livre comércio entre os membros durante dez anos. Porém, ao invés desta ideia, optou-se por uma ampliação inter-regional entre blocos econômicos diferentes, ou seja, entre o MERCOSUL e a União Europeia, oficializada pelo Tratado de Maastricht no ano de 1993 (FONSECA, 2011).

O Brasil também apoiou o reingresso de Cuba à OEA, e foi o principal responsável pela reabertura de um diálogo entre Cuba e a comunidade interamericana. Neste período citado, não podemos considerar hegemonia norte-americana como sendo absoluta, pois países como Japão, e os membros constituintes da União Europeia caracterizam o sistema internacional como multipolar (VARGAS, 2009).

Finalizando esta análise, podemos destacar a projeção latino-americana na conjuntura internacional através da ampliação do papel do MERCOSUL mais ativo, buscando parcerias inter-regionais, por exemplo. Além desta projeção, o Brasil defendeu de forma convincente a ampliação do número de assentos não-permanentes no CSNU, que não transparecia a real complexidade e representatividade da conjuntura internacional, a qual este órgão estava inserido (AMORIM, 2011).

4.6 FERNANDO HENRIQUE CARDOSO (1995-2003)

Após o término do governo de Itamar Franco (1992-1995), Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) vence as eleições presidenciais no Brasil, e assume, oficialmente as funções como presidente do país. Em linhas gerais, seu governo fora marcado pela consolidação do Plano Real, e pela a reforma do Estado brasileiro através da privatização de empresas estatais.

4.6.1 Luiz Felipe Lampreia (1995-2001)

No ano de 1995, Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), que havia vencido as eleições presidenciais no ano anterior, ainda no primeiro turno, com 54,28% dos

votos válidos, assume a presidência no Brasil. Para o Ministério das Relações Exteriores, o presidente opta por Luiz Felipe Lampreia como o próximo chanceler brasileiro, que assume suas funções no primeiro dia daquele ano.

Internamente, o Brasil estava passando por um período de consolidação de sua democracia, e uma expressa continuidade do processo de maior abertura de sua economia ao capital estrangeiro. Ademais, buscava uma estabilização de sua própria economia nacional, através, principalmente, do Plano Real. Porém, algumas crises financeiras pontuais, como as ocorridas no México (1995), e Rússia (1998), que resultariam no auxílio financeiro por parte do FMI, em valores aproximados de US\$ 41 bilhões, ao Brasil, abalariam a confiança em sua reestruturação (SILVA, 1995).

No cenário internacional, poderemos observar uma maior complexidade nas relações internacionais, que estão cada vez mais interdependentes. Os Estados Unidos estavam passando por um momento de extrema cooperação internacional, devido a diplomacia executada por Bill Clinton (1993-2001) em seu governo. A União Europeia contava com mais adesões, como Áustria, Finlândia e Suécia, aderindo ao bloco econômico em 1995. Todavia, no leste europeu, o conflito entre Chechênia e Rússia continuava, devido a independência chechena no ano de 1991, e a não aceitação por parte dos russos. Além deste, houve um agravamento da situação territorial na Bósnia, recentemente desintegrada da Iugoslávia, e este conflito seria terminado graças à intervenção militar norte-americana em 1995 (BARRETO, 2012).

A Índia e o Paquistão, neste período, realizaram testes nucleares, comprovando a existência desta tecnologia. Em contrapartida, em dezembro de 1997 houve a assinatura do Protocolo de Quioto, um tratado internacional com enfoque na redução da emissão de gases poluentes, responsáveis por agravar o efeito estufa e serem os causadores do aquecimento global. No ano de 1999, a União Europeia atinge o último grau de integração econômica com referência ao seu bloco econômico, e adota a moeda única, o euro. No âmbito da OTAN, República Tcheca, Hungria e Polônia aderem ao seu tratado constitutivo, e fortalecem esta aliança militar. Por fim, podemos reiterar a criação de diversas organizações não governamentais neste tempo, em que seus focos principais eram o meio ambiente, direitos humanos, e questões sobre o desarmamento (BARRETO, 2012).

Saindo da esfera internacional, e voltando para seara nacional, podemos destacar neste período um baixo índice de natalidade no Brasil, que refletirá

diretamente em suas políticas internas, porém, seguindo o ritmo oposto, a população mundial cresceu consideravelmente, chegando a marca de 6 bilhões de pessoas existentes.

Na gestão de sua política externa, Lampreia preconizou a liberdade econômica e promoção de democracia em âmbitos internacionais, definindo-os como norteadores em suas atitudes no sistema internacional. Em todos os seus discursos, podemos perceber um teor universalista e pragmático sobre os preceitos da política externa adotada pelo chanceler, primando pela diversificação de relacionamentos diplomáticos, todos estes pautados na cooperação internacional, e na concretização em adquirir poder decisório em foros multilaterais em que o Brasil estava inserido (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

Lampreia considerava o Brasil como um país digno de ser protagonista nas relações internacionais, e sendo influente em decisões de relevância para sua área, contudo denotava constrangimento com referência aos indicadores sociais do país, pois estes seriam os responsáveis por impedirem o Brasil de ser o país, cujo as características são favoráveis, a se tornar líder no contexto internacional (AMORIM, 2011).

Nesta perspectiva, o interesse público e nacional, aliado a uma visão de futuro, seriam os valores primordiais para a conquista da credibilidade nas relações internacionais. Lampreia não nega que as prioridades absolutas foram as relações diplomáticas com Argentina, e o aprofundamento da integração regional com o MERCOSUL, o que justificaria afirmar a grande influência regional que o país detém, inclusive até os dias atuais. Mas, para se tornar necessário nas decisões em foros multilaterais, conforme seu desejo, o chanceler admite ser necessário a aplicação de “doses de realismo” (VARGAS, 2009).

Neste sentido, o Brasil, historicamente, não detém poderio político-militar para tal, portanto seria adepto ao poder de influência e negociação, devido ao seu alto custo também. Porém, Lampreia acreditava em uma aproximação maior com os países membro da União Europeia, uma ação mais participativa na OMC, e a busca por uma integração hemisférica, como formas de superar esta ausência (FONSECA, 2011).

Em âmbito multilateral, abordando adesões sobre tratados internacionais, o Brasil aderiu ao TNP, postura inovadora, devido a sua abstenção desde 1968, e

reconheceu a jurisdição presente na Corte Interamericana de Direitos Humanos, órgão judicial adjacente à OEA (BARRETO, 2012).

4.6.2 Celso Lafer (2001-2003)

Finalizando o período onde Fernando Henrique Cardoso (1995-2003) exerceu o cargo de presidente do Brasil, Celso Lafer inicia sua segunda gestão à frente do Itamaraty.

Reassumindo suas funções no início do ano de 2001, o chanceler se depara com um cenário pautado, principalmente, em temas envolvendo a segurança internacional. Em território norte-americano, George W. Bush assumia a presidência do país, e, portanto, a política externa norte-americana se alterará de forma clara, e objetiva. Na América do Sul, Alberto Fujimori sofre o processo de impeachment, portanto impedido de exercer suas funções de presidente no Peru. Ainda com referência ao território sul-americano, a Argentina passa por uma crise econômica, que impactará diretamente no bloco econômico regional, MERCOSUL (BARRETO, 2012).

No dia 11 de setembro de 2001, ocorre o atentado terrorista de maior magnitude em território norte-americano, e, talvez, nas relações internacionais, pois alterará as prioridades de todas as nações componentes desta. A partir deste momento, a política externa de George W. Bush passa a se concentrar na esfera político-militar, e na perseguição à Al-Qaeda, principal organização responsável pelo atentado (VARGAS, 2009).

Juntamente com o Reino Unido, os norte-americanos decidem por invadir os territórios de Iraque e Afeganistão, onde os membros desta organização estariam se concentrando.

Portanto, a agenda de segurança internacional será a prioridade máxima de vários países no sistema internacional, devido a estas consequências. Apesar deste tema se tornar a pauta principal em foros multilaterais, no âmbito da OMC, surge a Rodada Doha, com o desafiador objetivo de promover o livre comércio entre os membros da organização internacional, através da diminuição de barreiras comerciais. Contudo, seria importante mencionar as divisões entre países desenvolvidos, subdesenvolvidos e emergentes, principal foco de discussões, além da questão sobre os subsídios agrícolas, tema amplamente abordado durante as negociações (SANTOS, 2014).

Nos cenários político e econômico brasileiro, houve um leve crescimento do PIB nacional, porém o país estava passando por um momento de incerteza política, devido ao período de eleições, com isso surgem as especulações financeiras, e o mercado reage de forma negativa, influenciando diretamente nos índices da bolsa de valores (FONSECA, 2011).

Em termos de política externa, Lafer definiu, claramente, que as prioridades se mantiveram como sendo as relações diplomáticas com a Argentina, e a integração regional prevista no MERCOSUL. A sua principal intenção seria lograr uma identidade latino-americana, através do fortalecimento deste bloco econômico. Por fim, alguns aspectos importantes a serem mencionados seriam: a assistência consular a brasileiros no exterior, algo que já havia sido mencionado no período de Luiz Felipe Lampreia, e agora ratificado por Celso Lafer, a nova agenda mundial envolvendo a segurança internacional como principal assunto, e o soft power brasileiro como sendo sinônimo de credibilidade, algo notado pelo chanceler Lafer (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

4.7 LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA (2003-2010)

Ao término do mandato de Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), após quatro tentativas de eleição, se torna o presidente do Brasil. Em linhas gerais, seu governo buscou a manutenção da estabilidade econômica, a redução da desigualdade social, e o fortalecimento da imagem do país nas relações internacionais.

4.7.1 Celso Amorim (2003-2010)

No ano de 2002, quando houveram novas eleições presidenciais, Luiz Inácio Lula da Silva vence José Serra no segundo turno e torna-se presidente da República Federativa do Brasil, com aproximadamente 52 milhões de votos. Para assumir o Itamaraty no seu governo, Lula logo convida Celso Amorim a retornar ao posto, e no primeiro dia de 2003 ele reassume suas funções como novo chanceler brasileiro.

Perceberemos agora uma política externa que converge em alguns pontos com a anterior, promovida principalmente por Luiz Felipe Lampreia, e diverge em outros pontos, principalmente com questões políticas.

Na gestão de Celso Amorim houve a priorização por negociações comerciais internacionais, e a busca por uma coordenação política com países emergentes. Através de vias multilaterais, o Brasil iniciou uma forte aproximação com os países que formariam o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul), e manteve o fortalecimento no bloco econômico regional, MERCOSUL (BARRETO, 2012).

Os BRICS realizariam cúpulas anuais a partir do ano de 2009. Referenciando a parceria de caráter político, estratégico e econômico com Índia e África do Sul, houve a criação do Fórum de Diálogo Índia-Brasil-África do Sul (IBAS). Com relação a Rússia e China, o Brasil buscou ampliar seu relacionamento através de intercâmbios comerciais (BARRETO, 2012).

No ano de 2005, contudo, as exportações para a China cresceram menos que as importações advindas deste país, que no âmbito multilateral proporcionado pela ONU, mais precisamente no seu Conselho de Segurança, não manifestou apoio a conquista de um assento permanente brasileiro, devido a questões envolvendo o Japão. Por outro lado, o Brasil apoiou diretamente a adesão da Rússia na OMC (BARRETO, 2012).

Nesta perspectiva, e de um modo estratégico, podemos entender que a política internacional de cada Estado reflete e influencia os laços entre o governo e sua respectiva sociedade. Analisando o governo anterior com relação ao de Lula, identificamos uma primazia clara pelo desenvolvimento econômico no anterior, mas agora percebemos também uma preservação da autonomia política do país. A “autonomia pela participação” recairia sobre o conceito proposto por Barão de Rio Branco (1902-1912). Um outro conceito importante a mencionar seria a “defesa da soberania e interesses nacionais”, promovida em destaque por Azeredo da Silveira (1974-1978) (AMORIM, 2011).

Portanto, a política externa adotada pelo chanceler Celso Amorim, caracterizada como ativa e altiva segundo o próprio, centrava-se em conceitos envolvendo a diplomacia presidencial, ou seja, a figura do presidente estaria em destaque, neste caso o carisma do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, e sua boa oratória observada em aparições públicas durante as visitas oficiais a países da seara internacional (ALMEIDA, 2004).

Em detrimento ao governo anterior, as prioridades neste governo foram de cunho político, ao invés de econômico. Nesta perspectiva, podemos observar a promoção de alianças estratégicas com os países do G-8, e implicando conceitos

envolvendo o soft power. Neste período, houve uma integração ao mundo globalizado, porém com a preservação da soberania nacional, sendo necessária para o papel de líder internacional, o próximo passo que Lula planejava para o Brasil no campo das relações internacionais. Por fim, analisando as relações diplomáticas com o maior parceiro estratégico do Brasil, a Argentina, serão priorizadas em um plano igualitário, e não assimétrico (ALMEIDA, 2004).

4.8 CONSIDERAÇÕES PRELIMINARES

Concluindo este capítulo, percebemos uma clara complexidade nas relações internacionais, principalmente devido ao término da Guerra Fria, que viria ocasionar importantes consequências políticas no comportamento dos Estados nas relações internacionais (BARRETO, 2012).

Por exemplo, o surgimento de diversas organizações internacionais, e a busca por uma maior integração regional em diversos locais do mundo, inclusive a América do Sul, como uma forma de manter a competitividade no cenário internacional, e lograr o desenvolvimento econômico, político, e cultural, entre os membros ativos (VIGEVANI; CEPALUNI, 2011).

No Brasil, internamente o país estava se reencontrando com os princípios democráticos, e tentando se reerguer economicamente, devido a herança da dívida externa, e a alta taxa de inflação, advindos do período militar em território nacional (AMORIM, 2011).

O período de redemocratização se iniciou com Olavo Setúbal como chanceler do Brasil, onde em sua gestão houve a retomada do crescimento, e a prática da chamada “diplomacia para resultados” (AMORIM, 2011).

Posteriormente, com Roberto de Abreu Sodré como Secretário-Geral do Itamaraty, a situação econômico-financeira brasileira estava em deterioração, o que ocasionou o congelamento geral de preços. A sua política externa priorizou o aperfeiçoamento com os países de economia planificada, e o entendimento igual, franco e aberto entre os parceiros diplomáticos (BARRETO, 2012).

Francisco Rezek assumiu o Itamaraty no ápice do conflito ideológico entre o capitalismo e o socialismo. Na sua gestão, priorizou a integração econômica com os países que viriam a formar o MERCOSUL, Argentina, Paraguai e Uruguai, e

promoveu o pluralismo, além da livre-iniciativa econômica em âmbito nacional (BARRETO, 2012).

Celso Lafer continuou o aperfeiçoamento das relações diplomáticas, e sua devida integração, com os países latino-americanas, sendo este período o início do MERCOSUL, e buscou a ampliação do CSNU, de modo a democratizar o sistema internacional (BARRETO, 2012).

Seu sucessor, Fernando Henrique Cardoso, primou pelo tratamento multilateral, igualmente a uma maior transparência e democratização, através da Rodada Uruguai, por exemplo. Além deste, consolidou o processo de integração regional com os vizinhos territoriais (BARRETO, 2012).

Celso Amorim, em sua primeira passagem pelo Itamaraty, identificou sua atuação como “política de autenticidade”, devido a vocação pacífica do Brasil nas relações internacionais, e por ser fiel ao multilateralismo e soluções negociadoras com abertura para o diálogo (BARRETO, 2012).

Luiz Felipe Lampreia deu continuidade ao processo de maior abertura da economia brasileira, e estabilizou-a graças ao Plano Real. Em sua gestão, procurou promover a liberdade econômica e democracia, além de conquistar um maior poder decisório em foros multilaterais políticos e econômicos. Neste período, o Brasil estava determinado a se tornar um líder no sistema internacional, empregando conceitos universalistas e pragmáticos em sua diplomacia (ALMEIDA, 2004).

Celso Lafer retorna ao Itamaraty em um cenário pouco favorável para as relações internacionais, devido ao atentado terrorista em território norte-americano na data de 11 de setembro de 2001, e o clima de incerteza política por conta das eleições em território nacional. Apesar destes acontecimentos, o PIB nacional demonstrou leve crescimento (ALMEIDA, 2004).

Ao final desta análise, Celso Amorim altera o enfoque das relações diplomáticas do Brasil, e passa a priorizar países como Rússia, Índia, China e África do Sul, posteriormente formando os BRICS. A sua diplomacia presidencial, preservando a autonomia política, e impulsionando o Brasil a ser ativo nas decisões em foros multilaterais, fez com que o país adquirisse grande prestígio neste período (ALMEIDA, 2004).

Finalizando, percebemos que a segunda metade da década de 1980 passou por um período de readaptação, devido ao fim de muitos regimes militares,

principalmente em território sul-americano, e de crises econômicas, mas em níveis regionais.

A década de 1990 trouxe uma nova abordagem para as relações internacionais, e a palavra de ordem foi “integração”, coincidindo com a criação de inúmeras instituições internacionais que prezam por este conceito, ao invés de meras alianças militares, como as criadas durante o período da Guerra Fria.

O início do século XXI trouxe o aprofundamento do conceito de integração regional, e o nível de competitividade nas relações internacionais foi elevado, refletindo em um ambiente multipolar, e justificando o fenômeno “globalização”. Como exemplos práticos, a inserção do euro na economia internacional, e a criação do BRICS, uma aliança econômica de países emergentes, além de negociações paralelas envolvendo a criação de maiores blocos econômicos, como a possível junção entre o NAFTA e a União Europeia, demonstrando que os países estão cada vez mais inseridos nesta nova realidade de promover o desenvolvimento econômico através da integração regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No primeiro capítulo deste trabalho, analisamos o conceito envolvendo o termo política externa sob a óptica de quatro diferentes teorias das relações internacionais, sendo elas: realismo, liberalismo, marxismo e construtivismo.

Sucintamente, a teoria realista centrou todos os seus esforços em analisar o Estado como sendo o único protagonista existente nas relações internacionais (HILL, 2003). A teoria liberalista, conhecida como “pluralista”, considerava a existência de mais atores como protagonistas no sistema internacional, principalmente as organizações internacionais, pelas quais os Estados promulgam a cooperação internacional (NYE, 2004). A teoria marxista buscou compreender as relações entre o capital e o proletariado, de modo a influenciar o Estado neste sentido (MARX, 1867). Por fim, a teoria construtivista, considera aspectos como a identidade cultural e religiosa como fatores determinantes para a construção dos interesses dos Estados na formulação de sua política externa (BUENO 2006),

No segundo capítulo deste trabalho, analisamos o conceito envolvendo o soft power, ou chamado de “poder de convencimento”.

Neste aspecto, o Brasil, por não deter características provenientes do hard power, devido a suas limitações em capacidade militar, adota uma estratégia toda voltada para o poder de influência, principalmente em vias multilaterais, como em organizações internacionais de cunho regional, e global. Por exemplo, MERCOSUL, e OMC, respectivamente. Através do soft power o Brasil busca sua posição de líder nas relações internacionais, e a manutenção de seu poder de influência na América do Sul, por deter qualidades, e atitudes, de um país líder regional. (VALENÇA, 2014)

No terceiro capítulo deste trabalho, analisamos a política externa durante o regime militar no país, que perdurou por vinte e um anos.

Durante este período, o Brasil iniciou esta trajetória com Castelo Branco, onde houve uma forte aproximação ideológica com os Estados Unidos. No governo de Costa e Silva, percebemos uma maior autonomia neste sentido, e um aproveitamento por conta da Guerra Fria, denotando interesses nacionais. No governo de Médici, o “milagre econômico” acomete a população nacional, sendo sua gestão lembrada pela diplomacia do interesse nacional, ou seja, investimento na área privada nacional do próprio país, buscando seu desenvolvimento econômico. Logo, Geisel assume a presidência no Brasil, e promove a cooperação com países

do hemisfério sul, além da diversificação de relações diplomáticas, que resumem sua estratégia envolvendo o cenário internacional. Finalizando, Figueiredo pratica uma política universalista, e aprofunda as relações com os países sulistas em âmbito regional (LUIZ, 2011).

No quarto capítulo deste trabalho, analisamos a política externa brasileira após a redemocratização em território nacional, devido ao término do regime militar.

Começando com o chanceler Olavo Setúbal, e sua “diplomacia para resultados”, houve a retomada do crescimento econômico, o reafirmamento do compromisso com a democracia, e a continuidade do aperfeiçoamento das relações diplomáticas com os vizinhos latino-americanos. No período de Roberto de Abreu Sodré, a política externa brasileira buscou um entendimento igual, franco e aberto com todas as nações do sistema internacional, reiterando o caráter universalista empregado anteriormente. Com Francisco Rezek à frente do Itamaraty, houve a priorização de relacionamentos diplomáticos com os países a formarem o MERCOSUL, ou seja, Argentina, Paraguai e Uruguai, mas não seria algo excludente, pois parcerias alternativas foram logradas igualmente pelo chanceler (BARRETO, 2012).

Na gestão de Celso Lafer, o Brasil concentrou-se em vias multilaterais, através da assinatura do Tratado de Assunção (1991), oficializando o MERCOSUL e defendeu a ampliação do CSNU. Com a chegada de Fernando Henrique Cardoso ao posto de chanceler, o país renova suas “vocações universalistas”, e prima pelo tratamento multilateral, igualmente como uma maior transparência e democratização, como percebemos na participação ativa brasileira durante a Rodada Uruguai. Partindo para a gestão de Celso Amorim, o Brasil aplica uma política de autenticidade, ou seja, meios próprios para desenvolver-se economicamente, e buscar uma identidade própria no sistema internacional, apoiando, praticando e promovendo o multilateralismo (BARRETO, 2012).

Com Luiz Felipe Lampreia, e Celso Lafer novamente, durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil vive o período de intensa aproximação com Argentina e MERCOSUL, e um soft power de credibilidade, ou seja, o país está se inserindo cada vez mais em todos os meios de se propagar sua influência nas relações internacionais, principalmente pelo multilateralismo, algo que o Brasil presa em sua política externa desde os primórdios. Finalizando o capítulo, na gestão de Celso Amorim durante o governo Lula, o chanceler buscou neste momento a

coordenação política com os países emergentes, que resultaria na criação do BRICS. Neste aspecto, o desenvolvimento econômico, aliado a defesa da soberania e interesses nacionais, porém preservando sua autonomia política, foram os norteadores de sua atuação diplomática neste período (BARRETO, 2012).

Portanto, o presente trabalho se centrou no objetivo de analisar as características como pró-atividade e altivez inseridas na política externa brasileira, que fazem com que o Brasil assumira uma posição de líder no hemisfério sul, e busque um assento permanente no CSNU. Para tanto, entender a estratégia usada pelo Brasil de forma a promover sua liderança nas relações internacionais é primordial, neste caso atribuído ao soft power, ou seja, um conceito desenvolvido por Joseph Nye (2004), que designa a capacidade de um Estado em obter o que deseja através do poder de atração da sua cultura, das suas ideias, das suas políticas domésticas, e da sua diplomacia. Esta estratégia consistiu em buscar parceiros econômicos, majoritariamente, localizados neste hemisfério, justificando sua liderança regional na América do Sul (AMORIM, 2015).

Analisando sob a perspectiva da seara econômica, o Brasil conseguiu manter sua balança de pagamentos superavitária por um tempo, entretanto, devido a influências negativas no cenário econômico internacional contemporâneo, e a atual crise política nacional, além de dívidas perante instituições internacionais de relevância, como a própria ONU e o FMI. Assim, infelizmente, o Brasil não possui crédito suficiente para quitar estes débitos, o que fere a sua imagem de protagonista nas relações internacionais contemporâneas (MENDES, 2015).

Delimitar as atitudes corretas adotadas pelo Itamaraty, prosperando no cenário internacional, se faz necessário. Estas atitudes, em poucas palavras, se resumem a uma agenda ativa do ex-ministro das relações exteriores durante a primeira década deste século, Celso Amorim, onde o Brasil se posicionava de uma maneira efusiva em todos os foros multilaterais, devido ao momento propício internacional em que os países estavam inseridos, e discutiam acerca de assuntos importantes para as relações internacionais, como sustentabilidade, crise de refugiados, principalmente no continente europeu, segurança internacional envolvendo questões religiosas, economia internacional, política internacional, questões englobando a energia nuclear, e, neste aspecto, chegando a intermediar, juntamente com a Turquia e Irã, negociações internacionais buscando uma troca de combustível em território turco para tentar pôr fim à crise nuclear iraniana. Esta troca

de combustível nuclear seria instrumental para iniciar a cooperação em diferentes áreas, especialmente no que diz respeito à cooperação nuclear pacífica, incluindo construções de usinas nucleares e de reatores de pesquisa, conforme o próprio acordo. Todos os chanceleres que puderam ocupar o cargo de Secretário-Geral no Itamaraty contribuíram para a posição que o Brasil ocupa hoje nas relações internacionais, portanto não seria justo não mencionar as suas respectivas contribuições, as quais são consideradas primordiais a partir do início do regime militar, e especialmente, no ano de 1970, ano este em que a sede oficial do Itamaraty passa a ser localizada em Brasília. Por fim, delimitamos quais foram os focos adotados pelo MRE em assuntos políticos, comerciais, e envolvendo a segurança internacional, justificando a promoção da sua posição como líder regional (SANTOS, 2014).

Um segundo objetivo foi compreender as áreas estratégicas de interesse nacional, que demandam uma maior ênfase por negociações, promulgando cooperações diplomáticas mútuas exercidas pelo corpo diplomático brasileiro no âmbito do cenário global. A importância deste tipo de estudo se justifica na atual posição do Brasil no cenário internacional contemporâneo, pois suas atitudes e planejamentos de anos anteriores, explicam a atual realidade e conquistas do próprio país, anteriormente explicado. Por exemplo, durante o governo de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), houve um forte investimento financeiro no MRE, o que permitiu uma imagem forte de protagonista, não apenas no hemisfério sul, mas de forma consolidada no cenário global. Entretanto, as dívidas no cenário internacional, anteriormente citadas, também são consequências de atitudes errôneas, como a eleição de prioridades equivocadas em um passado recente, e, infelizmente, a corrupção ativa de parlamentares eleitos pela própria nação. (SANTOS, 2014)

Enfim, este tipo de estudo nos permite analisar, minuciosamente, as atitudes corretas e equivocadas na política externa do Brasil durante o período citado, as consequências que estamos vivendo na realidade, além de uma prospecção para o futuro, onde o Brasil se situaria entre as cinco maiores economias do mundo, e faria jus ao seu potencial que vários estudiosos apontam quando se referem à nação brasileira.

Finalizando este trabalho, concluímos que o Brasil detém traços característicos de todas as quatro teorias das relações internacionais em sua política

externa, inclusive realista, pois abrange assuntos econômicos, algo que o Brasil esteve passando, recentemente, por um período de plena ascensão na década passada. As teorias liberalistas e construtivistas refletem diretamente para o papel que o país ocupa hoje nas relações internacionais, ou seja, um papel ativo na cooperação internacional, onde as questões envolvendo a diversidade cultural e religiosa do país seriam necessários para a formulação dos interesses do Estado.

O soft power, historicamente, esteve presente na formulação da política externa nacional, inclusive no regime militar, apesar de ocorrerem períodos de alternância entre aproximação e distanciamento com os norte-americanos, e a tentativa de coincidir suas respectivas agendas diplomáticas, além de interesses políticos e econômicos. O hard power, por sua vez, podemos entender como um fator que limita o Brasil em alguns aspectos, como sua presença no CSNU, devido a todos os membros permanentes nesta instituição internacional apresentarem fortes referências neste aspecto.

O período militar brasileiro fora marcado pela oscilação entre a aproximação e distanciamento entre os governos brasileiro e norte-americano, enquanto o período após a redemocratização fora marcado pela cooperação sul-sul, e as diversificações de parcerias diplomáticas, justificando o caráter “universalista” adquirido pelo Brasil.

O Brasil, nas relações internacionais contemporâneas, ocupa uma posição de líder regional na América do Sul, devido a questões discutidas neste trabalho. Porém, não podemos entender esta posição em âmbito internacional, pois índices convincentes, incluindo sociais, nos provam que estamos longe desta realidade.

Ao término deste trabalho, são perceptíveis alguns desafios da política externa brasileira relacionando a cooperação sul-sul. Como já foram mencionados, os desafios sociais, políticos e econômicos, devido a trajetórias coloniais e de exploração, presentes em países sul-americanos, não apenas o Brasil, fazem a articulação política com os países sulistas ser prioritária, pois o sistema internacional, atualmente, está privilegiando as potências dominantes constituídas, e limitando a inserção autônoma de nações emergentes.

Para tanto, as regras de funcionamento deste sistema deveriam ser igualitárias, o que possibilitaria os setores domésticos nacionais de países emergentes, que possuem o anseio por expandir seus interesses, se inserirem com convicção neste meio.

Em linhas gerais, o período em que Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010) esteve comandando o Brasil foi marcado pela ampliação da capacidade de influência do país nas relações internacionais, e na consequente diminuição da vulnerabilidade, esta galgada pelo apoio intrínseco à característica universalista, ou seja, apoio político e estratégico de outros protagonistas estatais.

Em sua atuação de política externa, Lula primou pela construção de mecanismos de diálogo, ações visando a cooperação entre os Estados, e ampliou a representação diplomática brasileira. Com relação a infraestrutura nacional, houve um fortalecimento econômico de setores produtivos, o que possibilitaria ao Brasil buscar ser um país exportador de capital, tecnologia, serviços e commodities.

Conforme o objetivo final deste trabalho, mencionado anteriormente, analisaremos as perspectivas para a atual política externa brasileira. Portanto, será necessário realizarmos uma breve análise sobre o primeiro mandato do governo de Dilma Rousseff (2010-2014). De forma resumida, sua linha de atuação em política externa foi mantida com relação a seu antecessor, porém houveram maiores dificuldades políticas e econômicas em âmbito interno, o que, posteriormente, acarretaria em seu processo de “impeachment”. Os atores domésticos se sentiam enfraquecidos pela desaceleração econômica eminente no país, aliada a instabilidade política, por não haver apoio político ao governo.

Em vias multilaterais, o Brasil estava enfraquecido em assuntos importantes como comércio internacional, segurança coletiva e mudanças climáticas. Contudo, o BRICS estava se tornando a maior força do país em termos de inserção internacional. Infelizmente, houve o episódio de espionagem internacional envolvendo a Agência de Segurança Nacional (NSA) norte-americana, e as relações sul-sul também sendo afetadas negativamente.

A “Operação Lava-Jato”, ocorrendo até a atualidade no cenário brasileiro, de uma certa forma está amenizando os danos da corrupção ativa praticada na maior empresa nacional, Petrobras. Porém, seus desfechos são noticiados pela mídia internacional constantemente, o que afeta a visão de investidores internacionais, além de próprios Estados, para com relação a acordos de qualquer cunho com o Brasil, devido ao fator credibilidade estar em pauta.

A política econômica empregada durante o governo de Rousseff não possibilitou ao Brasil realizar a manutenção de acordos comerciais com importantes parceiros econômicos, sendo em sua maioria seus vizinhos territoriais, além da não

concretização, por enquanto, da principal negociação visando diminuir as barreiras comerciais para os países em desenvolvimento na OMC, a chamada Rodada Doha.

Por conseguinte, percebemos uma mudança de foco por parte da política externa brasileira, o que reflete em suas perspectivas futuras, pois as relações sul-sul, apesar de serem sempre tratadas com prioridade absoluta, estão sendo igualadas, em termos de relevância, a promulgação de um sistema internacional multipolar, onde haverá a união de alguns blocos econômicos, incluindo o Mercosul e a União Europeia, como uma forma de tornarem-se mais competitivos no cenário econômico internacional, e promoverem uma forte cooperação neste aspecto.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Paulo Roberto de. Uma política externa engajada: a diplomacia do governo Lula. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Brasília, v. 47, n. 1, p. 162-184, June 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292004000100008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 set. 2016.
- AMORIM, C. L. N. **Teerã, Ramalá e Doha**: memórias da política externa ativa e altiva. Brasília: Benvirá, 2015.
- AMORIM, O. **De Dutra a Lula**: A Condução e os Determinantes da Política Externa Brasileira. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
- BARRETO, F de M. **A Política Externa após a Redemocratização**: Tomo I – 1985-2002. Brasília, DF: Fundação Alexandre Gusmão, 2012.
- BUENO, E. de P. O Construtivismo nas Relações Internacionais. **MundoRI**, 2006. Disponível em: <<http://www.mundori.com/artigosAntigos/detalhes/548>>. Acesso em: 15 ago. 2016.
- CORRÊA, L. F. de S. A política externa de José Sarney. In: ALBUQUERQUE, J. A. G. **Crescimento, Modernização e Política Externa**: Sessenta Anos de Política Externa Brasileira (1930-1990), São Paulo: Lumen Juris. v. 1, p. 361- 385, 1996. Disponível em: <http://disciplinas.stoa.usp.br/pluginfile.php/118083/mod_resource/content/1/Correa.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- FONSECA, C. A política externa brasileira da democracia: O paradoxo da mudança na continuidade. **Relações Internacionais**, Lisboa, n. 29, p. 33-43, mar. 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.mec.pt/pdf/ri/n29/n29a03.pdf>>. Acesso em: 28 ago. 2016.
- HILL, C. **The Changing Politics of Foreign Policy**. London: Palgrave McMillan, 2003.
- LUIZ, J. R. A política externa do regime militar: entre o ranço ideológico e a atuação pragmática. In: 3º ENCONTRO NACIONAL ABRI 2011, 3. 2011, São Paulo. **Proceedings online...** Associação Brasileira de Relações Internacionais, Instituto de Relações Internacionais – USP. Disponível em: <http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC0000000122011000200040&lng=en&nrm=abn>. Acesso em: 23 ago. 2016.
- MALAMUD, A. Integración regional. In: HARRINGTON, C. (Coord.) **El derecho em Movimiento**: En homenaje a Elena Highton. Buenos Aires: Rubinzal – Culzoni Editores, 2007.
- MENDES, F. P. O Brasil e a reforma do Conselho de Segurança: uma análise realista. **Contexto Internacional**, Rio de Janeiro, v. 37, n. 1, p. 113-142, jan. /abr.

2015. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cint/v37n1/0102-8529-cint-37-01-00113.pdf>>. Acesso em: 02 ago. 2016.

NOLTE, Detlef. How to compare regional powers: analytical concepts and research topics. **Review of International Studies**, v. 36, n. 04, p. 881-901, 2010.

SANTOS, L. C. V. G. **A América do Sul no discurso diplomático brasileiro**. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2014.

SILVA, A. de M. O Brasil no continente e no mundo: atores e imagens na política externa brasileira contemporânea. **Revista Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 8, n. 15, p. 95-118, jul. 1995. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1996>>. Acesso em: 23 ago. 2016.

VALENCA, M. M.; CARVALHO, G. Soft Power, Hard Aspirations: the Shifting Role of Power in Brazilian Foreign Policy. **Brazilian Political Science Review**, São Paulo, v. 8, n. 3, p. 66-94, Dec. 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-38212014000300066&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 ago. 2016.

VARGAS, J. A. C. Individuals and Ideas in Itamaraty: The role of diplomatic thought in Brazilian Foreign Policy. In: **Comunicação apresentada em ABRI/ISA Joint Conference**, Rio de Janeiro. 2009.

VIGEVANI, T.; CEPALUNI, G. **A política externa brasileira: a busca da autonomia, de Sarney e Lula**. São Paulo: Unesp, 2011. (Estudos Internacionais).